



BOLETIM DE

CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE

vol.3

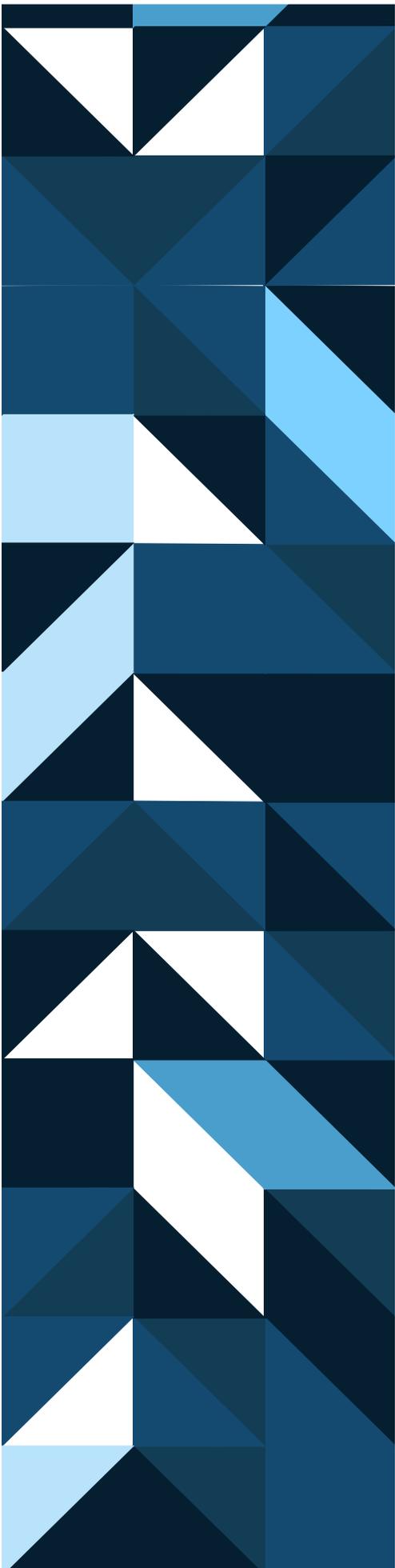


GOVERNO DO
MARANHÃO
GOVERNO DE TODOS NÓS

SEPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS



BOLETIM DE
**CONJUNTURA
ECONÔMICA
MARANHENSE**

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS
Carlos Frederico Lago Burnett

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS
Lígia do Nascimento Teixeira

EQUIPE DE CONJUNTURA
Anderson Nunes Silva
Daniele de Fátima Amorim Silva
Dionatan Silva Carvalho
João Carlos Souza Marques – Auxiliar de Pesquisa
Marcelo de Sousa Santos
Rafael Thalysson Costa Silva – Auxiliar de Pesquisa
Talita de Sousa Nascimento

REVISÃO
Camila Carneiro de Oliveira – Assessora de Imprensa/Jornalista

DIAGRAMAÇÃO
Said Talge Pereira – Coordenador de Banco de Dados e Site Institucional
Priscila Penha Coelho – Estagiária/Designer Gráfico

COORDENAÇÃO
Felipe Macedo de Holanda - Presidente do Instituto Maranhense
de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense/Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.
V. 3, n. 1 (Jan/Mar. 2015). – São Luís: IMESC, 2015

Trimestral

1.Economia - Maranhão I. Instituto Maranhense de
Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

CDU 33 (812.1)

APRESENTAÇÃO

Tenho grande satisfação em apresentar ao público a primeira edição do Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão do ano de 2015. Esse trabalho reúne análises e informações sobre o desenvolvimento recente da economia internacional, nacional, e, sobretudo, da economia maranhense. O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem a missão de subsidiar os diversos órgãos do Estado com informações sobre a dinâmica recente da economia maranhense, bem como sobre as perspectivas para o curto e médio prazos. O texto está estruturado em três partes, além do Sumário Executivo. Na primeira parte traça-se um panorama da economia internacional, a partir da dinâmica das principais economias avançadas e emergentes. Na segunda parte, trata-se sobre a conjuntura econômica nacional, através de indicadores de Nível de atividades (PIB, Produção Industrial, Comércio); Inadimplência; Política Monetária e Mercado Financeiro; Setor Externo e Comércio Exterior; Mercado de Trabalho; e Finanças Públicas. Na terceira parte, são apresentados os indicadores disponíveis acerca da economia maranhense. O Nível de Atividade Econômica do Estado é analisado através de indicadores do PIB, Produção Agrícola, Consumo de Energia Elétrica, Sondagem Empresarial, Financiamento Imobiliário e do Volume de Vendas do Comércio. São analisadas, também, variáveis de endividamento, Inadimplência (Cheques sem Fundos) e Inflação (Cesta Básica). Além dessas, o Boletim contém informações e análises relacionados aos indicadores do Comércio Exterior, de Mercado de Trabalho e das Finanças Públicas estaduais. Com esse leque de informações, o Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão destina-se aos gestores e técnicos governamentais das mais diversas áreas, aos empresários, trabalhadores e potenciais investidores, aos acadêmicos e pesquisadores, assim como ao público interessado em geral.

Boa leitura.

Felipe de Holanda
Presidente do IMESC

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Previsões do FMI para taxa de crescimento anual do PIB das principais economias – Abril/2015.	8
Tabela 2	Taxas de Crescimento Mensal e Anual do Volume de Vendas do Comércio Varejista do Brasil (em %) - Fevereiro de 2015.	12
Tabela 3	Geração Líquida de Empregos Formais (admissões – demissões) no Brasil de 2014 a 2015.	16
Tabela 4	Estimativa de Área Plantada e Colhida, Produção e Rendimento Médio do Maranhão e Produção do Brasil em 2014 e Mar/15.	20
Tabela 5	Consumo de Energia Elétrica nas atividades secundárias no Estado do Maranhão de 2010 a 2015* (Valores em GWh e Crescimento anual em %).	22
Tabela 6	Consumo de Energia Elétrica nas Atividades Terciárias no Estado do Maranhão de 2010 a 2015* (Valores em GWh e Crescimento em %).	23
Tabela 7	Media do índice de volume de produção da Indústria do Maranhão de 2010 a 2015.	24
Tabela 8	Media do Índice de Confiança do Empresário do Maranhão de 2010 a 2015 .	25
Tabela 9	Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (Valores Constantes em R\$ milhões, Inflac. pelo IPCA) – 2007 a 2015 .	26
Tabela 10	Composição das Exportações Maranhenses por Principais Categorias de Produtos em Valor (US\$ milhões) e Quantidade (1000 Ton.).	31
Tabela 11	Composição das Exportações Maranhenses por Principais países de destino (valores em %), entre 2009 e 2015.	32
Tabela 12	Importações Maranhenses por categorias de uso, nos anos 2013 a 2015* - Valor (US\$ Milhões).	33
Tabela 13	Saldo de emprego formal ¹ – Brasil, Grandes Regiões e UF's Nordestinas; acumulado de 2013 e 2015* .	33
Tabela 14	Mercado de Trabalho Formal no Maranhão segundo Subsetores de Atividade - 2011 a 2015* (CAGED Ajustado).	34
Tabela 15	Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação no acumulado de 2015* (CAGED ajustado).	35
Tabela 16	Arrecadação de Impostos Federais no Estado do Maranhão – 2010 a 2015* (Em R\$ Milhões – Valores Constantes .	36
Tabela 17	Evolução das Receitas do Estado do Maranhão de 2012 a 2015 (Valores em R\$ Milhão Inflacionados pelo INPC Acumulado /2015).	37
Tabela 18	Estado do Maranhão – Evolução das Despesas por Grupos de Natureza (R\$ Milhão a Preços de 2014, Composição e Crescimento em %) – 2010 a 2015 .	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxas de juros de longo prazo – Estados Unidos, Zona do Euro e Brasil.	9
Gráfico 2	Desempenho do PIB trimestral pela Ótica da oferta e da demanda em 2013 e 2014.	10
Gráfico 3	Índice de Confiança do Empresário Industrial brasileiro na Indústria, Mar/13 a Mar/15.	11
Gráfico 4	Inadimplência líquida* no SCPC em São Paulo (média móvel 12 meses) - Mar/05 a Mar/15.	12
Gráfico 5	Evolução do IPCA, Preços Monitorados e Preços Livres entre Out/06 a Out/14 (Acum. 12m. %).	13
Gráfico 6	Taxa de câmbio livre (diária) entre Mar/00 e Mar/15, em R\$.	14
Gráfico 7	Balança Comercial Brasileira, entre 2005-2015 em USD milhões.	14
Gráfico 8	Índice de Preços das Principais Commodities, de Mar/00 a Mar/15.	15
Gráfico 9	Resultado Primário do Setor Público em% PIB – 2002 a 2015.	17
Gráfico 10	Dívida Líquida do Setor Público Consolidado e Dívida Bruta do Governo Central – Em % do PIB* – Fev/02 a Fev/15.	18
Gráfico 11	Produto Interno Bruto do Maranhão e Taxa de crescimento real dos anos 2002 a 2012 e Projeções 2013 a 2016.	19
Gráfico 12	Evolução do Consumo de Energia da Alumar e da Vale (em GWh) – Mar/05 a Mar/15.	21
Gráfico 13	Evolução do índice de volume de produção da indústria - Fev/10 a Fev/15.	23
Gráfico 14	Evolução do ICEI no MA - Fev/10 a Fev/15.	25
Gráfico 15	Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado no Maranhão – Crescimento em 12 meses (em %).	27
Gráfico 16	Percentual de Famílias endividadadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-la, entre Mar/12 e Mar/15 - São Luís.	28
Gráfico 17	Custo da Cesta Básica em São Luís – Set/09 a Mar/15.	29
Gráfico 18	Proporção de cheques sem Fundos sobre o total – BR, NE e MA (%).	30
Gráfico 19	Evolução da Balança Comercial Maranhense entre 2005 e 2015* - (US\$ Milhões).	30
Gráfico 20	Composição das Receitas Tributárias - Valores reais - 2014 e 2015.	38
Gráfico 21	Variação real das rubricas contidas nas Aplicações Diretas, das Despesas Correntes, em R\$ milhões – 1ºbi/2015 em relação a 1ºbi/2014.	40
Gráfico 22	Relação Despesa Total com Pessoal e Receita Corrente Líquida - Maranhão e limite estabelecido pela LRF – Dez/06 a Dez/14 e projeção Dez/15.	41
Gráfico 23	Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida - Maranhão, média do Nordeste e Limite estabelecido pela LRF (em %) – dez/00 a dez/14.	41

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
2. CENÁRIO INTERNACIONAL	8
3. CENÁRIO NACIONAL	9
3.1. Produto Interno Bruto	9
3.2. Produção Industrial	11
3.3. Comércio	11
3.4. Inadimplência	12
3.5. Política Monetária e Mercado Financeiro	13
3.6. Mercado de Trabalho	16
3.7. Finanças Públicas	17
4. CENÁRIO ESTADUAL	18
4.1. Produto Interno Bruto	18
4.2. Produção Agrícola	19
4.3. Energia Elétrica	21
4.4. Sondagem Industrial	23
4.5. Índice de Confiança Empresarial	24
4.6. Financiamento Imobiliário	26
4.7. Comércio	27
4.8. Endividamento	27
4.9. Cesta Básica de São Luís	28
4.10. Cheques sem Fundos	29
4.11. Comércio Exterior	30
4.12. Mercado de Trabalho	33
4.13. Finanças Públicas	36

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O mais recente Panorama Econômico Mundial do FMI, divulgado em abril, aponta a continuidade do processo de recuperação do nível de atividades na economia global, mas de maneira desigual e ainda frágil. De um lado, a redução no crescimento da China e a estagnação da Europa e Japão devem contribuir neste e no próximo ano para a fraqueza nos mercados de *commodities*, afetando as exportações maranhenses. De outro lado, o crescente vigor da economia norte-americana ainda não se traduziu em relançamento do mercado de trabalho naquele país, a ponto de reacender temores inflacionários e forçar as taxas de juros de longo prazo para cima. O cenário para o financiamento dos desequilíbrios externos brasileiros permanece relativamente benigno (favorecido também pela baixa nos preços do petróleo), embora tenhamos de recorrer crescentemente ao capital volátil, uma vez que o investimento direto estrangeiro reduz-se diante do cenário de retração econômica e baixa lucratividade.

No plano nacional, pode-se afirmar que o ajuste macroeconômico vem sendo viabilizado, não obstante o difícil cenário político enfrentado pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff. A inflação corretiva das tarifas de serviços de utilidade pública, o fim das “pedaladas fiscais” e a correção da taxa de câmbio são remédios amargos, mas capazes de encaminhar a economia para um novo equilíbrio dos preços fundamentais, necessário, porém não suficiente para a retomada do crescimento. As medidas do ajuste fiscal serão votadas neste mês de maio no Congresso, com a flexibilização de alguns de seus pontos e a provável redução dos impactos, tanto no caso das alterações na sistemática do seguro desemprego, quanto no caso das mudanças propostas no caso de pensões. A consequência disto será o recurso do governo federal ao controle de gastos na “boca do caixa”, principalmente os gastos de investimento e de custeio “não carimbados”, o que deverá aprofundar a recessão já instalada, produzindo uma contração do PIB superior a 1,0% em 2015 e a uma provável lenta retomada a partir de meados de 2016.

A economia maranhense, influenciada negativamente pelo cenário externo e nacional, exhibe sinais de rápida desaceleração do nível de atividades. No mercado de trabalho, o fechamento de 6,8 mil empregos com carteira assinada no primeiro trimestre do ano afetou não apenas a construção civil e a indústria de transformação, mas também o comércio (para além da sazonalidade de início de ano) e o segmento de serviços, em decorrência da evolução negativa da massa salarial real. O volume de vendas do comércio varejista, por sua vez, registra perda de dinamismo em 2015, somente comparável ao difícil ano de 2009, ápice da crise financeira mundial. As expectativas dos empresários industriais maranhenses adentraram o terreno negativo pela primeira vez desde o início da série, em 2010, enquanto que a inadimplência entre os pequenos empresários (cheques sem fundo) cresce de maneira preocupante. O cenário para os próximos meses deverá ser influenciado fortemente pela interrupção total na fabricação de alumínio em São Luís, pelas demissões adicionais no complexo VALE, e pela difícil situação no segmento guseiro. As perspectivas para a produção agrícola, por outro lado, apontam a ampliação da produção graneleira estadual e elevação da produtividade na cultura da mandioca.

No front das finanças públicas estaduais, a redução real em cerca de 18% nas transferências federais no primeiro bimestre do ano contra o mesmo período de 2014, impõe um grande desafio ao Governo do Estado: ampliar a arrecadação das receitas próprias (+10% no primeiro bimestre), através do aumento da eficiência tributária e da racionalização dos incentivos fiscais na área do ICMS. Do ponto de vista das despesas, cumpre destacar o papel anticíclico desempenhado pelos aumentos dados ao funcionalismo público estadual (aplicação do piso nacional e progressão de carreira), que deverão agregar cerca de R\$ 450 milhões à folha salarial anual. Os gastos com a melhoria da infraestrutura rodoviária e com as políticas de intervenção nos municípios de mais baixo IDH no Estado também deverão desempenhar papel anticíclico. Por seu turno, a obtenção de novos empréstimos em órgãos federais e instituições multilaterais, é um desafio que exigirá o fortalecimento da capacidade do Governo de elaborar projetos e de gerir a aplicação dos mesmos.

2 CENÁRIO INTERNACIONAL

Recuperação da economia global é liderada pelos EUA

O mais recente Panorama Econômico mundial do FMI, divulgado em abril de 2015, aponta a continuidade do processo de recuperação do

nível de atividades na economia global, mas de maneira desigual e ainda frágil.

Tabela 1 - Previsões do FMI para taxa de crescimento anual do PIB das principais economias – Abril/2015

Países e Regiões Selecionados	ano a ano (%)					
	Anos		Projeções		Diferença de Janeiro de 2015	
	2013	2014	2015	2016	2015	2016
PIB Mundial	3,4	3,4	3,5	3,8	0,0	0,1
Economias avançadas	1,4	1,8	2,4	2,4	0,0	0,0
Estados Unidos	2,2	2,4	3,1	3,1	-0,5	-0,2
Zona do Euro	-0,5	0,9	1,5	1,6	0,3	0,2
Alemanha	0,2	1,6	1,6	1,7	0,3	0,2
França	0,3	0,4	1,2	1,5	0,3	0,2
Itália	-1,7	-0,4	0,5	1,1	0,1	0,3
Espanha	-1,2	1,4	2,5	2,0	0,5	0,2
Japão	1,6	-0,1	1,0	1,2	0,4	0,4
Inglaterra	1,7	2,6	2,7	2,3	0,0	-0,1
Canada	2,0	2,5	2,2	2,0	-0,1	-0,1
Economias emergentes	2,2	2,8	2,8	3,1	-0,2	-0,1
Rússia	1,3	0,6	-3,8	-1,1	-0,8	-0,1
China	7,8	7,4	6,8	6,3	0,0	0,0
Índia	6,9	7,2	7,5	7,5	1,2	1,0
America Latina e Caribe	2,9	1,3	0,9	2,0	-0,4	-0,3
Brasil	2,7	0,1	-1,0	1,0	-1,3	-0,5
México	1,4	2,1	3,0	3,3	-0,2	-0,2

De acordo com as previsões do FMI, o crescimento mundial em 2015-16 é projetado em 3,5% e 3,8%. As revisões refletem uma reavaliação das perspectivas na China, a Rússia, zona do euro e no Japão, bem como a atividade mais fraca em alguns grandes exportadores de petróleo, devido à queda acentuada dos preços desse produto. Destaca-se os Estados Unidos, que vem se recuperando à frente das expectativas, favorecidos pelos novos métodos de produção de energia a partir da exploração do gás xisto.

Fonte: World Economic Outlook, FMI, Abr/2015

Na Zona do Euro permanecem as elevadas taxas de desemprego, especialmente nos países mediterrâneos, a exemplo da Grécia, Espanha e Portugal. Como reação aos indicadores de estagnação cada vez mais consistentes, o presidente do Banco Central Europeu, anunciou em 22 de janeiro a realização de uma política expansão monetária. Um dos efeitos colaterais previstos será a desvalorização do EURO frente ao dólar, que deverá contribuir para a elevação do saldo comercial dos países da Zona do Euro em relação aos EUA.

As taxas reais de juros de longo prazo nos EUA devem registrar crescimento ao longo de 2015, afetando as condições de financiamento do

balanço de pagamentos dos países emergentes e em desenvolvimento, não obstante a retração nas taxas de juros reais na zona do EURO. No Brasil, o ajuste macroeconômico implicará em elevação das taxas de juros longas em 2015 e 2016.

Para a Europa, a manutenção das políticas de expansão monetária para combater a deflação provocaram retração nas taxas de juros longas, enquanto que nos EUA as taxas de juros longas começam a se elevar, com impactos negativos sobre o fluxo de capitais destinados ao financiamento do déficit de conta corrente dos países emergentes e em desenvolvimento.

Gráfico 1. Taxas de juros de longo prazo – Estados Unidos, Zona do Euro e Brasil



Fonte: OECD

No que diz respeito às economias emergentes, espera-se revisão para baixo da taxa de crescimento prevista em janeiro de 2015, com exceção da Índia, tendo em vista principalmente: a) diminuição do investimento agregado na China; b) baixo dinamismo econômico na Rússia devido, especialmente, ao decréscimo dos preços do petróleo e aumento das tensões geopolíticas; c) queda nos preços das commodities.

Em contrapartida, tais países estão sendo privilegiados pela queda no preço do petróleo, via economia de custos com essa matriz energética. No caso da Índia, a demanda externa mais fraca vem sendo compensada pela melhora dos

termos de troca com os preços mais baixos do petróleo e também com a retomada da atividade industrial e do investimento, após reformas institucionais.

3 CENÁRIO NACIONAL

3.1 Produto Interno Bruto - PIB

Demanda freia e PIB fica estável em 2014, com perspectiva de queda de 1,0% em 2015, segundo analistas consultados pelo Focus

De acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto brasileiro variou 0,1% em 2014, ficando estável em relação ao ano anterior e chegou a 5.521,3 bilhões, o que equivale a uma renda *per capita* de R\$ 27,2 mil (variação real de +0,7% contra 2013). Com esse resultado, a média de crescimento de 2011 a 2014 foi de 1,5% a.a., a pior desde a década de 1990.

Pela Ótica da Oferta, a queda registrada na Indústria foi resultado da fraca atividade da *Indústria de Transformação* e da *Construção Civil*, com recuos de, respectivamente, 3,8% e 2,6%. Por outro lado, a *Indústria Extrativa Mineral* reagiu positivamente e registrou expansão de 8,7% na compara-

ção interanual, recuperando-se após dois anos de recessão.

Do lado da Oferta, a Indústria recuou 1,2% em relação ao ano anterior. Do lado da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo e as Exportações foram as principais responsáveis pelo baixo desempenho do crescimento econômico.

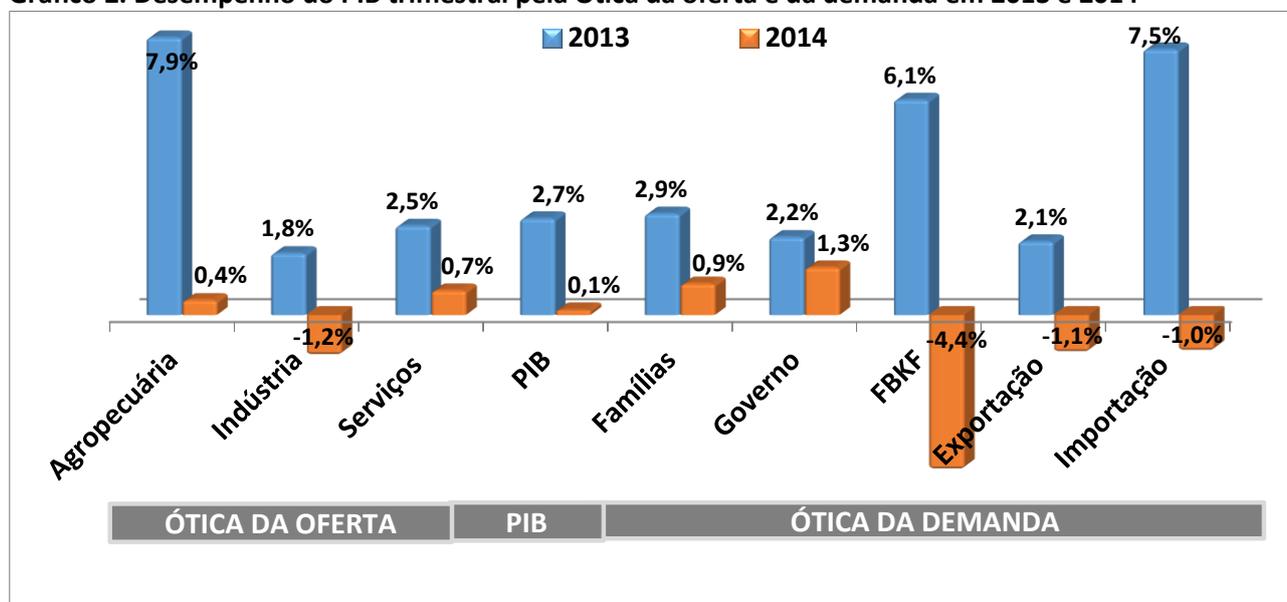
Soma-se a isso expressiva redução das taxas de expansão do Setor de Serviços e da Agropecuária em relação a 2013. A diminuta força desta última coloca em xeque o modelo até então sustentado pelo país (exportador de commodities agrícolas). No caso dos Serviços, o esgotamento do ciclo do emprego, inércia inflacionária e a deterioração das condições de crédito, com impacto direto sobre a massa salarial funcionaram como fatores de contração, levando o setor a registrar a menor expansão desde o ano de 2003 (0,7%).

Segundo a ótica da demanda, o investimento agregado (FBKF) encolheu 4,4%, levando a taxa de investimento a 19,7%, a menor taxa registrada desde 2009, quando a mesma ficou em 19,2%. A forte desaceleração da taxa de investimento já era prevista em virtude da queda na produção de bens de capital. Entretanto, outro fator que agravou a situação dessa rubrica foi o encolhimento dos investimentos das empresas estatais, que registrou recuo de 9,0% em relação a 2013, agravado, sobretudo, pela redução dos investimentos da Petrobrás, dado que representa 90% dos investimentos totais das estatais. A provável contração do investimento agregado em 2015 deverá se aprofundar em decorrência de fatores como o

ajuste fiscal em curso, além dos desdobramentos da operação Lava Jato, que investiga o grande esquema de desvio de dinheiro envolvendo a Petrobrás, grandes empreiteiras do país e partidos políticos.

Hoje, com a poupança de apenas 15,8% do PIB, para complementar a taxa de investimento precisa-se atrair capital externo para financiar o déficit de transações correntes, apesar das condições macroeconômicas adversas que tendem a reduzir a parcela de longo prazo do capital externo (Investimento Direto Estrangeiro), ampliando a parcela do capital mais volátil (compra de títulos públicos, investimento em bolsa e empréstimos).

Gráfico 2. Desempenho do PIB trimestral pela Ótica da oferta e da demanda em 2013 e 2014



Fonte: IBGE

Ainda com relação às categorias de gastos, as Exportações registraram recuo de 1,1% em 2014, sendo o pior resultado para o ano fechado desde o ano de 2009, quando estas recuaram 9,2%.

No que se refere ao consumo agregado, registrou-se crescimento de 0,9% em 2014 ante 2,9% em 2013. O consumo do Governo, por sua vez, registrou expansão de 1,3%, liderando a categoria de despesas. O cenário de contração do PIB no ano de 2015 fica cada vez mais evidente

diante da atual conjuntura de deterioração dos investimentos. Em contrapartida, espera-se a atenuação desse impacto diante da possível melhora do Comércio Exterior, em razão da desvalorização cambial (Seção Setor Externo e Comércio Exterior). Segundo consta no boletim Focus do Banco Central (27/04/2015), as estimativas para o PIB apontam para queda pouco superior a 1,0%.

3.2 Produção Industrial

Indústria registra queda de atividades no primeiro bimestre

Apesar da desvalorização cambial que vem ocorrendo intensivamente desde meados de 2014, a Indústria Geral registrou queda de 5,4% na comparação do primeiro bimestre de 2015 com o mesmo período do ano anterior em todas

as categorias de uso, segundo o IBGE. Em contrapartida, a conjuntura de corrosão da lucratividade das empresas devido à elevação do patamar da taxa de juros real tem contribuído para o recuo verificado na indústria.

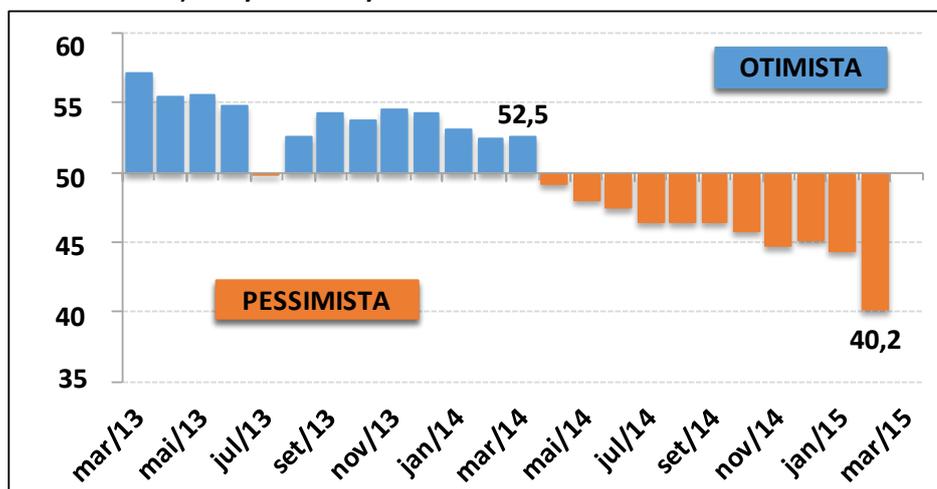
Confiança dos empresários industriais segue por um ano em patamar pessimista

O Índice de Confiança do Empresário Industrial – ICEI, variou de 40,2 pontos para 37,5 pontos, de fevereiro para março de 2015, chegando

ao seu mínimo histórico desde 2010 (ano em que a pesquisa teve início).

Contribuíram para esse resultado, fatores como a política econômica restritiva posta em execução pelo governo federal, principalmente no que diz respeito ao encarecimento do crédito, oneração da folha de pagamento e encarecimentos de insumos essenciais a indústria (energia e combustível).

Gráfico 3. Índice de Confiança do Empresário Industrial brasileiro na Indústria, Mar/13 a Mar/15



Fonte: CNI

3.3 Comércio

Volume de vendas físicas do Comércio varejista ampliado registra queda de 10,3% em fevereiro e aprofunda desaceleração nos últimos 12 meses

O volume de vendas físicas do varejo restrito registrou queda de 3,1% em fevereiro de 2015, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Esse resultado negativo pode ser explicado por fatores como a redução do poder de compra, o fim das desonerações de IPI à linha branca e a redução dos dias úteis do mês de fevereiro devido ao feriado de carnaval.

As atividades com maior destaque na comparação interanual foram: *Combustíveis e lubrificantes* (-10,4%), *Móveis e eletrodomésticos* (-10,4%); e *Tecidos, vestuário e calçado* (-7,3%).

Quando se observa a performance acumulada em 12 meses, verifica-se a continuidade da perda de dinamismo do varejo restrito, que ficou abaixo de 1% pela primeira vez desde março de 2004.

No que se refere à performance do Comércio varejista ampliado, houve uma queda de 10,3% comparada a fevereiro de 2014. No acumulado de 12 meses, houve aprofundamento da queda, que saiu de 1,7% em dezembro para 3,8%.

A perda de dinamismo do volume de vendas do comércio varejista torna-se ainda mais impactante quando se compara os dados atuais com o

desempenho da expansão do volume de vendas entre 2004 e 2013. Nesse interregno, o varejo

restrito e ampliado registraram expansão de 7,4% e 7,8%, respectivamente.

Tabela 2 – Taxas de Crescimento Mensal e Anual do Volume de Vendas do Comércio Varejista do Brasil (em %) – Fevereiro de 2015

Atividades	Variação Mensal % (*)			Contra mesmo mês %			12 meses em %		
	dez/14	jan/15	fev/15	dez/14	jan/15	fev/15	dez/14	jan/15	fev/15
COMÉRCIO VAREJISTA (*)	-2,4	0,3	-0,1	0,3	0,5	-3,1	2,2	1,8	0,9
Combustíveis e lubrificantes	-0,8	-1,0	-5,3	2,0	-0,2	-10,4	2,6	2,0	0,2
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	-0,1	0,4	-0,2	-0,9	0,2	-1,8	1,3	0,9	0,3
Hipermercados e supermercados	-0,2	0,2	0,2	-0,8	0,3	-1,4	1,3	0,9	0,3
Tecidos, vestuário e calçados	-7,1	1,4	-0,7	-3,4	-0,7	-7,3	-1,1	-1,3	-2,2
Móveis e eletrodomésticos	-9,3	1,9	-1,3	-3,4	-3,4	-10,4	0,6	-0,2	-1,6
Móveis	-	-	-	-4,9	-11,5	-11,0	0,5	-0,9	-2,7
Eletrodomésticos	-	-	-	-2,8	0,3	-10,1	0,9	0,3	-1,0
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	-1,1	1,5	0,8	8,0	5,0	3,2	9,0	8,3	7,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-9,1	-0,3	1,0	-9,7	-0,6	0,4	-7,7	-9,1	-9,1
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	-7,9	13,5	-1,3	7,2	21,0	8,4	-1,7	0,1	0,3
Outros art. uso pessoal e doméstico	-3,5	-0,2	1,8	7,2	4,5	3,0	7,9	7,4	6,5
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO (*)	-4,3	-0,2	-1,1	-2,2	-4,9	-10,3	-1,7	-2,4	-3,8
Veículos, motocicletas, partes e peças	-9,7	-1,3	-3,5	-8,6	-16,3	-23,7	-9,4	-10,8	-12,8
Material de construção	1,3	-1,8	-0,7	1,0	-2,8	-13,0	0,0	-0,6	-2,8

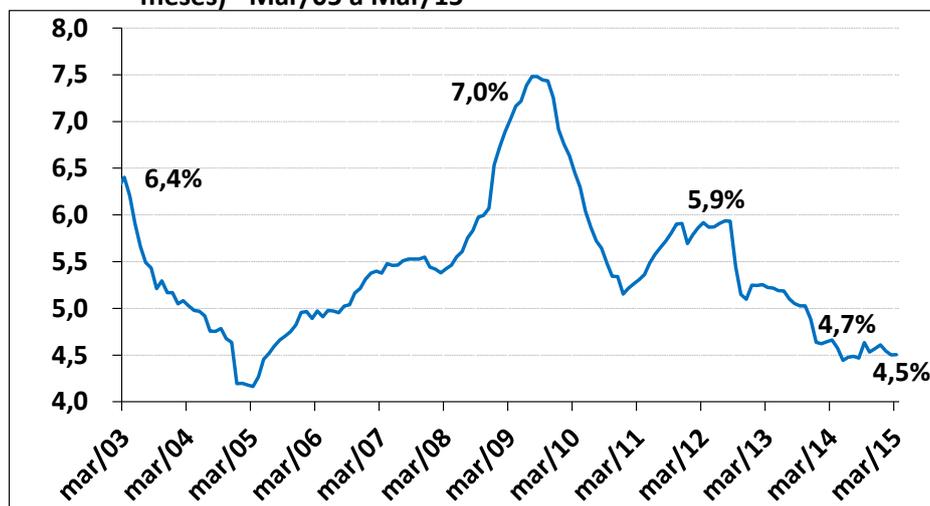
Fonte: IBGE (*) Com Ajuste Sazonal

3.4 Inadimplência

Taxa líquida de inadimplência registra queda na comparação interanual

A taxa líquida de inadimplência no Estado de São Paulo registrou expansão de 5,3% na passagem de fevereiro para março, alcançando 8,1% dos consumidores. O movimento captou os efeitos da queda nos registros cancelados.

Gráfico 4. Inadimplência líquida* no SCPC em São Paulo (média móvel 12 meses) - Mar/05 a Mar/15



Fonte: SBPC

*(novos registros líquidos/consultas ao SBPC em t-3)

Por outro lado, houve recuo da taxa nos últimos 12 meses alcançando o patamar de 4,5%, diante da contração de novos registros e da queda de consultas ao Sistema de Proteção ao Crédito.

Nota-se uma preocupação dos consumidores em liquidar as dívidas em atraso, abrindo mão principalmente da aquisição de novas dívidas, no intuito de melhorar a saúde financeira da família.

No curto prazo, essa poderá ser a tendência dos próximos meses, com impactos negativos no volume de vendas do comércio.

3.5 Política Monetária e Mercado Financeiro

Taxa básica de juros (Over-Selic) inicia o ano de 2015 em alta e deverá aumentar ainda mais por conta das pressões inflacionárias e câmbio desvalorizado

A taxa de inflação medida pelo IPCA encerrou em 6,41% em 2014, e atingiu 8,13% no período de 12 meses encerrado no mês de março de 2015, acima do teto da meta estabelecido pelo Banco Central (6,5% a.a.). **(Gráfico 5)**

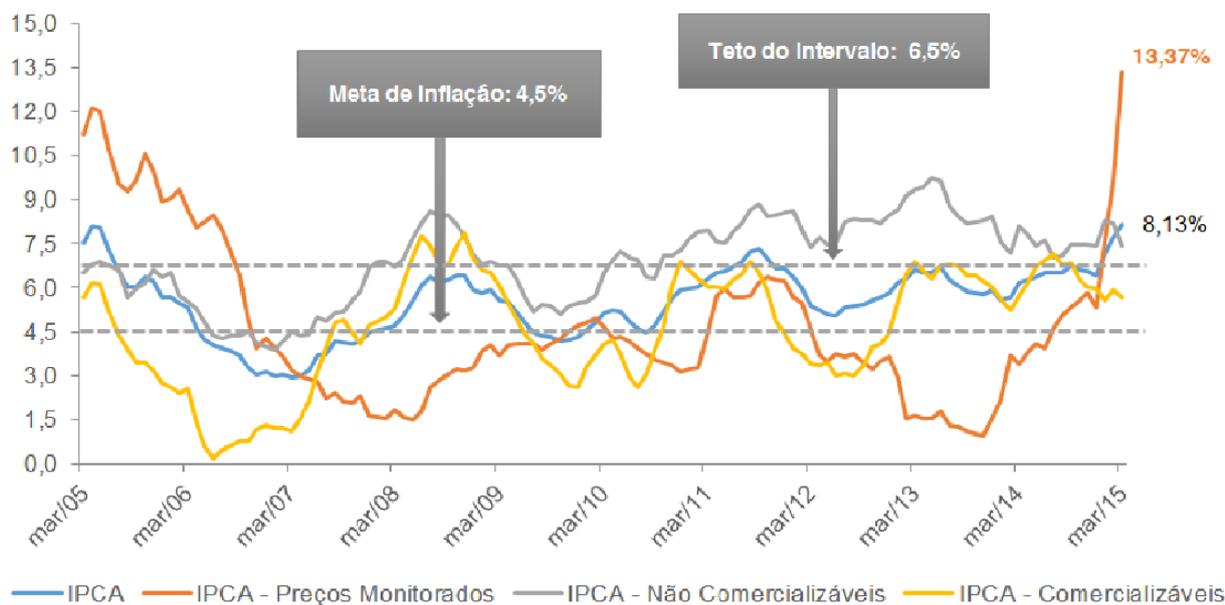
Nos últimos 12 meses, a inflação é explicada, principalmente, pelo acentuado crescimento dos preços Monitorados, em função dos inevitáveis ajustes de tarifas de serviços de utilidade pública, a exemplo da energia elétrica e dos combustíveis, e pela elevação dos preços Não Comercializáveis. Por outro lado, o recuo dos preços Comercializáveis

não foi suficiente para reverter a tendência de crescimento do IPCA.

Segundo consta no Boletim Focus do BACEN (27/04/2015), a previsão é que o IPCA encerre o ano de 2015 em 8,25%.

Dadas as previsões de alta da inflação para os próximos meses, a expectativa do mercado é que a taxa básica de juros (Over-Selic) alcance 13,5% em meados deste ano. A taxa básica de juros brasileira já passou por 14 rodadas de alta, saindo de 7,25%, em março de 2013, para 13,25% em abril de 2015.

Gráfico 5. Evolução do IPCA, Preços Monitorados e Preços Livres entre Mar/05 a Mar/15 (Acum. 12m. %)



Fonte: IBGE/BACEN

Taxa de Câmbio registra maior alta no mês de março e o Banco Central encerra o programa de Swap Cambial

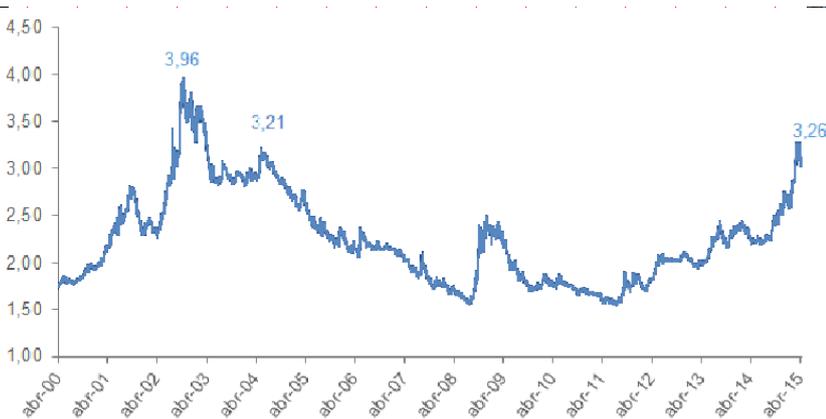
A taxa de câmbio alcançou R\$ 3,21 em março de 2015, o maior patamar desde 2002, quando atingiu R\$ 3,96 em outubro do referido ano (**Gráfico 6**).

Após este pico, observou-se um movimento de acomodação ao longo do mês de abril, explicado pela elevação da taxa de juros real brasileira.

leira vis a vis a perspectiva de manutenção da taxa de juros longa norte-americana em baixos patamares em 2015, tendo em vista dados mais fracos que o esperado para o mercado de trabalho nos EUA. Nos próximos meses, o cenário de contração da atividade doméstica e os ruídos advindos da situação ainda desfavorável do Governo diante do

Congresso e dos desdobramentos das investigações da “Operação Lava Jato”, combinados a possíveis oscilações na taxa de juros de longo prazo na economia norte-americana, poderão trazer novos episódios de oscilação na taxa de câmbio brasileira.

Gráfico 6. Taxa de câmbio livre (diária) entre Mar/00 e Mar/15, em R\$



Fonte: BACEN

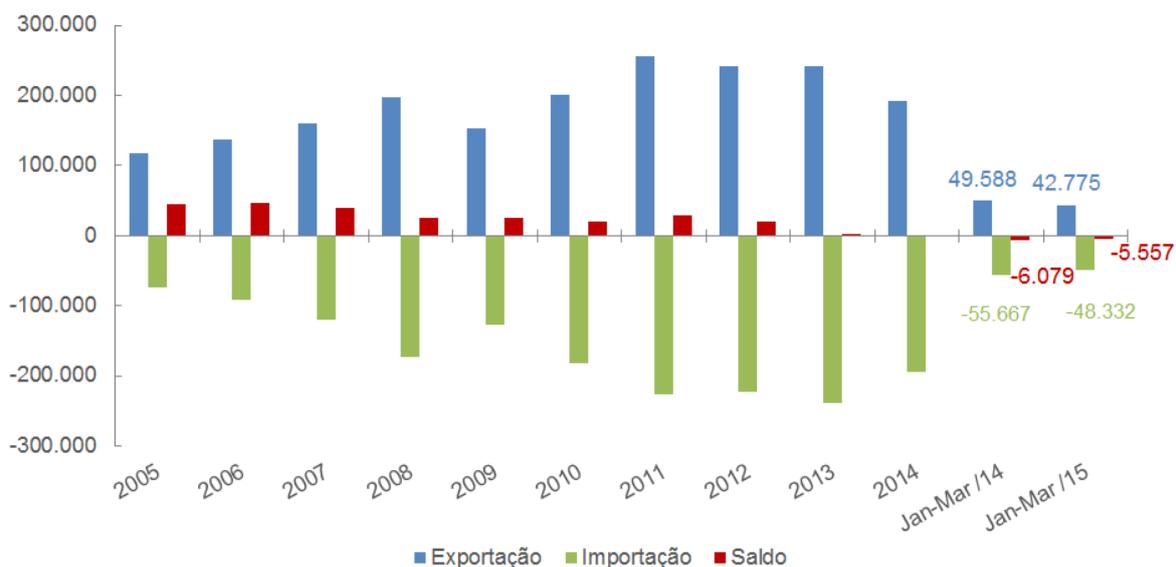
De acordo com o Boletim Focus do BACEN publicado no dia 27 de abril de 2015, a taxa de câmbio deverá atingir R\$ 3,20 até o fim do ano. Somente no mês de fevereiro deste ano, as perdas em operações de swap², tentando conter a desvalorização cambial, contabilizaram equivalente a R\$ 27,3 bilhões. Com o encerramento desses leilões, a volatilidade cambial pode aumentar ainda mais, em um possível cenário de recuperação da economia americana.

Deflação das *Commodities* e crise na Argentina impactam negativamente a pauta comercial brasileira

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC, no 1º trimestre de 2015, o saldo da balança comercial apresentou diferença positiva de US\$ 522,5 milhões, na com-

paração com o 1º trimestre de 2014, apesar de continuar deficitário em US\$ 5,5 bilhões. (Gráfico 7).

Gráfico 7. Balança Comercial Brasileira, entre 2005-2015 em USD milhões



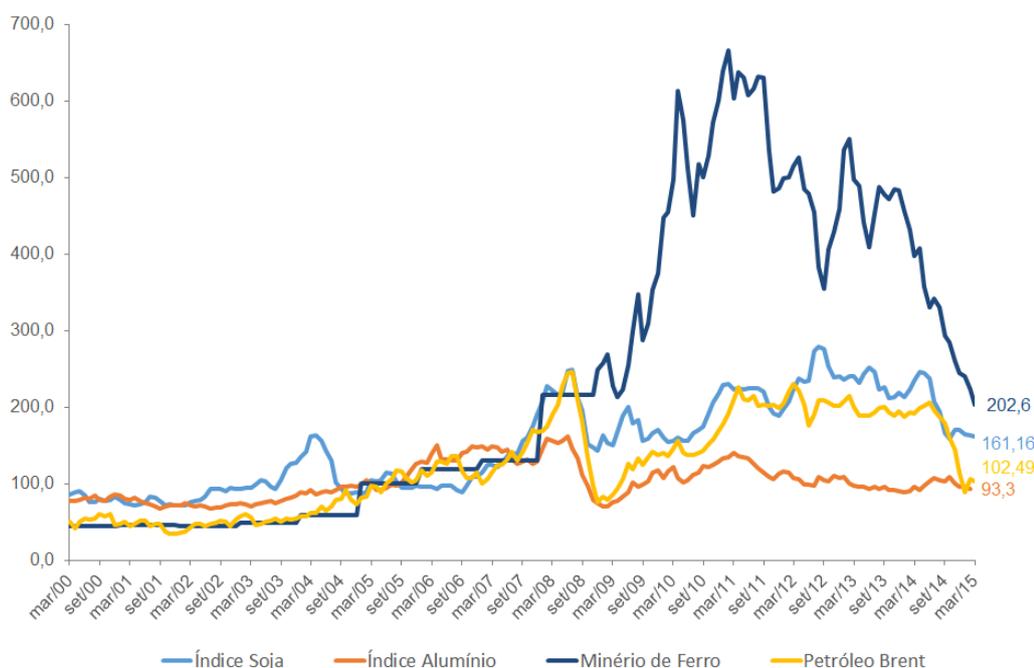
Fonte:MDIC *Primeiro trimestre

Para os três tipos de fator agregado exportado (básico, semi-manufaturados e manufaturados) houve aumento do *quantum* no primeiro trimestre deste ano, sinalizando que o problema na pauta exportadora brasileira está mais voltado à queda dos preços que a redução da produção.

O **Gráfico 8** mostra que houve queda nos índices de Preços das principais *Commodities* da balança comercial brasileira. A queda expressiva do preço do minério de ferro reflete, principalmente, a diminuição da demanda por parte das siderúrgicas da China.

O preço do petróleo vem sendo impactado pelo aumento da oferta oriunda dos EUA (gás de xisto), assim como pela prática de dumping exercida pela OPEP, forçando os preços para baixo na tentativa de reduzir a lucratividade norte americana. A diminuição do preço do barril, porém, continua favorecendo o Brasil, ajudando a reduzir o déficit na conta petróleo do país e permitindo à Petrobras redução nos custos com o subsídio do combustível.

Gráfico 8. Índice* de Preços das Principais *Commodities*, de Mar/00 a Mar/15



A despeito das expressivas quedas nos preços da soja no ano de 2014 diante da redução das cotações em 2015, há expectativas de uma super-safra em 2014/15 no Brasil.

Fonte: Indexamundi

*média de 2005=100

Redução do investimento direto estrangeiro preocupa quanto ao financiamento do déficit em transações correntes brasileiro

Em março de 2015, o Banco Central adotou nova metodologia de cálculo das contas externas, proposta pelo FMI. De acordo com o novo método, os “juros recebidos por aplicação no país” serão contabilizados como “despesa de juros”; a classificação “Conta Capital e Financeira” deixou de ser utilizada, desmembrando-se em “Conta Capital” e “Conta Financeira”; os “empréstimos

entre empresas concedidos pelo exterior à empresas brasileiras” serão considerados como “investimentos estrangeiros diretos”; os “lucros e dividendos reinvestidos” passarão a ser contabilizados na “Conta Financeira”.

Nesses termos, o déficit em Transações Correntes de 2014 foi revisto para cifra de US\$ 104 bilhões, assim como as principais contas respon-

sáveis pelo financiamento, a saber: Investimento Direto (US\$ 71, bilhões); Investimento em Carteira (US\$ 37,9 bilhões) e a Conta Capital (US\$ 231 milhões). Pelo novo método, o percentual do déficit em Transações Correntes em relação ao PIB foi revisto para 4,8%, muito acima do patamar de 3% do PIB considerado por muitos especialistas como o ponto a partir do qual o país torna-se vulnerável a mudanças bruscas nas condições de financiamento externo.

No acumulado do primeiro trimestre de 2015, o déficit em Transações Correntes foi de US\$ 25,4 bilhões, 8,4% menor que o mesmo período de 2014, pressionado pela Conta Rendas de Investimentos. A Conta Capital teve redução para a cifra de US\$ 76 milhões, assim como a Conta Financeira para US\$ 23,6 bilhões. Nessa última, houve destaque positivo nos Investimentos em carteira (US\$ 17,1 bilhões) e diminuição do Inves-

timento Estrangeiro Direto – IED, para US\$ 13,1 bilhões.

Quanto ao IED, há expectativas de expressiva redução nesta rubrica em 2015, tendo em vista perspectivas negativas quanto ao crescimento da economia brasileira. Por outro lado, a desvalorização cambial atuará a favor de uma redução no déficit em transações correntes: i) através da balança comercial, pois o câmbio mais caro, ao mesmo tempo que desestimula as importações, favorece as exportações de manufaturados, não obstante a queda no valor das exportações de produtos básicos e semimanufaturados, haja vista o cenário de queda nos preços das *commodities* agrícolas e minerais; ii) e na diminuição das remessas de lucro e dividendos, assim como os gastos de brasileiros no exterior, já que o custo do dólar reduzirá o valor em reais produzido nacionalmente, remetidos em dólar ao exterior.

3.6 Mercado de Trabalho

Deterioração do Mercado de trabalho brasileiro se intensifica no primeiro trimestre de 2015

A taxa de desocupação nas seis principais regiões metropolitanas do país, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, ficou em 6,2% no mês de março, registrando elevação de 0,3 pontos percentuais em relação ao mês anterior.

Em se tratando do mercado de trabalho formal, o saldo foi de 19,3 mil contratações no mês

em março de 2015. Todavia, no primeiro trimestre de 2015, verificou-se saldo negativo de 50,3 mil empregos formais, com deterioração em todos os setores de atividade. Em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, verifica-se uma drástica redução de mais 450 mil empregos formais, explicada pela conjuntura de arrefecimento da economia brasileira em 2015.

Tabela 3 – Geração Líquida de Empregos Formais (admissões – demissões) no Brasil de 2014 a 2015.

Setores de Atividade	Geração de empregos					Março		Variação absoluta (b-a)
	2012	2013	2014	2014* (a)	2015* (b)	2014	2015	
Total	1.372.594	1.138.562	401.413	399.737	-50.354	13.117	19.282	-450.091
Extrativa mineral	11.299	2.709	-2.571	1.088	-4.889	-5	-1.675	-5.977
Ind. de Transformação	92.814	122.798	-165.175	106.668	15.119	5.484	-14.683	-91.549
SIUP ¹	10.233	8.329	4.979	3.608	692	499	652	-2.916
Construção civil	156.875	104.527	-110.864	79.732	-50.974	-2.231	-18.205	-130.706
Comércio	402.700	325.823	189.337	-67.232	-123.429	-26.251	2.684	-56.197
Serviços	696.434	561.558	480.389	248.126	106.801	37.453	53.778	-141.325
Administração pública	-3.912	19.451	6.594	18.987	11.846	3.482	3.012	-7.141
Agropecuária	6.151	-6.633	-1.276	8.760	-5.520	-5.314	-6.281	-14.280

Fonte: RAIS/CAGED

3.7 Finanças Públicas

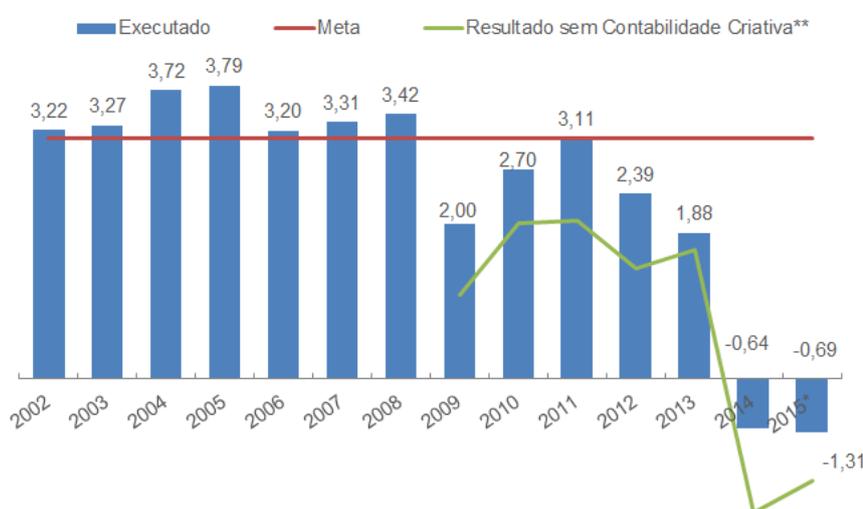
Após resultado positivo em janeiro de 15, o Setor Público Consolidado volta a registrar déficit primário, no mês de fevereiro

Em fevereiro do ano corrente, o Setor Público Consolidado (Governo federal, estadual e municipal e empresas estatais) registrou déficit primário de R\$ 2,3 bilhões, contra um superávit de R\$ 2,1 bilhões fevereiro em 2014. A maior parte do déficit do ano de 2015 foi do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência) que registrou saldo negativo de R\$ 7,4 bilhões. As

empresas estatais, excluídas os grupos Petrobras e Eletrobras, registraram déficit primário de R\$ 828 milhões. Os governos estaduais e municipais tiveram superávit de R\$ 5,2 bilhões.

No acumulado de doze meses, encerrados em fevereiro, o Resultado Primário continuou negativo registrando R\$ 35,8 bilhões (-0,69% PIB).

Gráfico 9. Resultado Primário do Setor Público em% PIB – 2002 a 2015*



Fonte: BCB *Acumulado de 12 meses encerrados em fev/2015

Ainda é cedo para fazer qualquer projeção para o Resultado Primário de 2015. Mas, pode-se perceber que o Governo, gradualmente, está se desfazendo das medidas da chamada "Contabilidade Criativa". Um dos exemplos são os restos a pagar. O Governo deixou de lançar mão das chamadas pedais (postergações das despesas para melhorar o Resultado), mecanismo muito utilizado nos últimos anos. Se, por um lado, esse novo comportamento do Governo serve para restaurar sua credibilidade, por outro, penaliza o alcance da meta.

A meta do Resultado para 2015 é de R\$ 66,3 bilhões (1,2% do PIB) e de pelo menos 2% do PIB em 2016 e 2017. Do montante da meta de 2015, R\$ 55,3 bilhões (1,0% do PIB) correspondem à meta para o Governo Central e R\$ 11 bilhões (0,2% do PIB) é uma estimativa para Estados e Municípios. Para alcançar a meta estabelecida, a equipe econômica lançou uma série de medidas de ajuste fiscal: Elevação dos juros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para o setor produtivo (como forma de diminuir a concessão de subsídios pelo governo);

cancelamento dos repasses das tarifas de energia, antes estimado em R\$ 9 bilhões para 2015; recomposição da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI (automóveis em especial); aumento de tributos sobre a gasolina, operações de crédito e cosméticos. Além disso, o Ministério do Planejamento anunciou a redução dos limites de empenho para gastos no orçamento de 2015, o bloqueio de restos a pagar e a limitação de gastos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Dívida Bruta continua em trajetória ascendente e registra novo déficit recorde em fevereiro de 2015

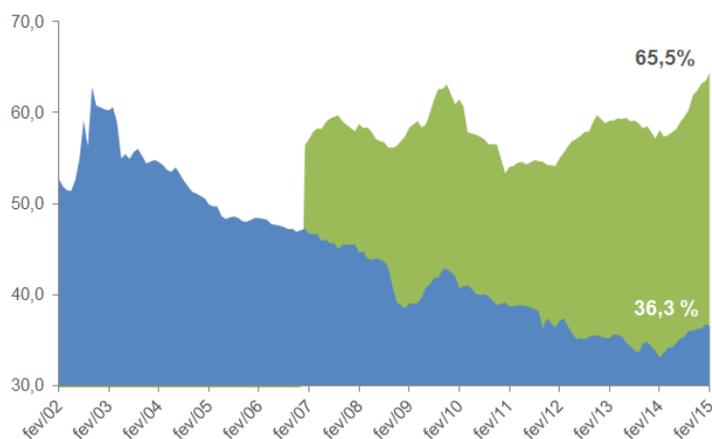
O resultado negativo de fevereiro de 2015

pressionou a trajetória da Dívida Bruta do Gover-

no Central – DBGC, que manteve sua trajetória ascendente e registrou um percentual de 65,5% do PIB, o maior desde o início da série em 2006. A Dívida Líquida do Setor Público – DLSP registrou uma leve redução, passando de 36,6% em janeiro para 36,3% do PIB em fevereiro (**Gráfico 10**).

Em fevereiro de 2015, o gasto com Juros Nominais foi de R\$ 56,3 bilhões, que é explicado pela elevação de R\$ 27,3 bilhões da Opera-

Gráfico 10. Dívida Líquida do Setor Público Consolidado e Dívida Bruta do Governo Central – Em % do PIB* – Fev/02 a Fev/15



Fonte: BCB *Acumulado de 12 meses

A meta de Superávit Primário de 1,2% do PIB, é insuficiente para estabilizar a trajetória de endividamento das dívidas Bruta e Líquida. A meta ideal, segundo BACEN, estaria em torno de 2,0% do PIB. A previsão do Governo é que ambas entrem em estabilidade apenas em 2016.

ção de Swap Cambial. No acumulado de 12 meses, o dispêndio com Juros alcançou a cifra de R\$ 343,7 bilhões (6,7% do PIB).

No primeiro bimestre de 2015, o Resultado Nominal foi deficitário em R\$ 55,6 bilhões, ante R\$ 20 bilhões no mesmo período de 2014. No acumulado dos últimos 12 meses, o déficit nominal atingiu a cifra de R\$ 379,5 bilhões (7,3% do PIB).

A melhora da DLSP e a deterioração do DBGC em fevereiro devem-se ao fato de que a depreciação cambial tem efeito favorável na dívida líquida (porque os ativos em dólares do governo são maiores do que os passivos), mas desfavorável na Dívida Bruta devido à Dívida Externa e ao estoque de Swaps Cambiais.

4 CENÁRIO ESTADUAL

4.1 Produto Interno Bruto - PIB

O cenário é de forte desaceleração da economia maranhense em 2015, com perspectivas de modesta retomada em 2016

O cenário para a economia maranhense é de reduzido crescimento em 2015, tendo em vista a desaceleração da economia internacional (redução no preço das *commodities*) e nacional (taxa de juros e inflação elevadas, com contração do crédito).

Passado o ciclo eleitoral de 2014, o Estado se defronta com uma expressiva redução na geração de empregos formais, especialmente nos setores

da indústria e comércio, ao mesmo tempo em que os fatores expansivos que sustentaram o crescimento do Estado no período 2007-2011 (acima das médias nacional e regional), não se fazem mais presentes.

Entre os anos de 2012 a 2014 já vinha sendo observado uma redução no ritmo de crescimento real do PIB estadual. Dentre os fatores que contribuíram para esse resultado, destacam-se: o fim ou a

paralisação de grandes investimentos; a redução no ritmo de construção residencial e empresarial; a corrosão da renda real familiar; e a estabilização do crédito ao setor privado. Na contramão dessas fontes de desaceleração, pode-se citar o aumento da

produção na Silvicultura e Exploração Vegetal em 2013 e a produção de grãos em 2013 e 2014, mesmo em um contexto de queda das cotações da soja, em decorrência das super safras nos maiores exportadores mundiais (Brasil, EUA e Argentina).

Gráfico 11. Produto Interno Bruto do Maranhão e Taxa de crescimento real dos anos 2002 a 2012 e Projeções 2013 a 2016



Fonte: IBGE; IMESC; Elaboração Própria

Neste ano de 2015, o baixo crescimento do PIB estadual pode ser explicado, principalmente: i) pela crise vivenciada no segmento ferro gusa do Estado, com fechamento de três guseiras, no primeiro trimestre do ano (Margusa, Fergumar e Cosima); ii) baixa utilização da capacidade produtiva (somente 30%) nas quatro guseiras em funcionamento no Estado (Viena, Pindaré, Guarani e Gusa Nordeste); iii) anúncio de paralisação na produção de alumínio primário da ALUMAR; iv) redução no ritmo dos empreendimentos imobiliários e desaceleração nas obras federais de infraestrutura no Estado. Todos esses fatores somados, têm efeitos contracionistas sobre as atividades de Comércio e Serviços, devido ao impacto direto no mercado de trabalho e na massa salari-

al.

É importante considerar os impactos compensatórios sobre o nível de atividades estadual da elevação dos gastos do Governo com pessoal (ampliação do quadro e melhorias salariais) e os investimentos previstos Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, em saúde, em reforma e construção de escolas, cozinhas comunitárias e sistemas de abastecimento de água, assim como infraestrutura rodoviária, estimados em R\$ 635,0 milhões no corrente ano.

Diante deste cenário, estima-se para 2015, uma taxa de crescimento real do PIB de 1,0% e, para 2016, a previsão é de crescimento de 2,5%, devido à provável retomada, ainda que modesta, da atividade econômica no nível nacional e internacional.

4.2 Produção Agrícola

Produtores de milho estão otimistas em relação à safra de 2015 e a cultura da mandioca registra expressiva elevação da produtividade

Os dados do Levantamento Sistemático de Produção Agrícola – LSPA (Tabela 4), divulgados em março de 2015, mostram que houve expressivo crescimento da área plantada de soja, em detrimento da área plantada de milho que, mesmo com uma queda da área colhida (-5,9%), de-

verá registrar expressiva elevação de produtividade (+9,1%), em grande parte devida ao bom desempenho esperado na segunda safra do grão, este decorrente do acesso a sementes melhoradas.

Tabela 4 - Estimativa de Área Plantada e Colhida, Produção e Rendimento Médio do Maranhão e Produção do Brasil em 2014 e Mar/15

Produto	Período	Área (mil ha)		Prod. MA (mil ton)	Rend. Médio MA (Kg/ha)	Prod. NE (mil ton)	Rend. Médio NE (Kg/ha)	Prod. BR (mil ton)	Rend. Médio BR (Kg/ha)	Prod. MA/NE (%)	Prod. MA/BR (%)
		Plantada	Colhida								
Total de Grãos	2014 (a)	1.739	1.739	4.117	2.386	15.998	2.143	184.860	3.676	25,7	2,2
	Mar/15 (c)	1.718	1.718	4.189	2.377	19.078	2.279	190.095	3.734	22,0	2,2
	(c/a)	-1,2	-1,2	1,7	-0,4	19,2	6,3	2,8	1,6	-	-
Soja	2014 (a)	678	678	1.876	2.769	6.571	2.546	86.443	2.858	28,5	2,2
	Mar/15 (c)	712	712	1.950	2.738	8.306	3.045	94.786	3.006	23,5	2,1
	(c/a)	5,1	5,1	3,9	-1,1	26,4	19,6	9,7	5,2	-	-
Milho	2014 (a)	555	555	1.528	3.051	6.711	2.696	78.756	5.151	22,8	1,9
	Mar/15 (c)	522	522	1.556	3.327	7.766	2.770	75.877	5.005	20,0	2,1
	(c/a)	-5,9	-5,9	1,8	9,1	15,7	2,7	-3,7	-2,8	0,0	0,0
Feijão	2014 (a)	98	98	50	502	583	422	3.221	1.465	8,6	1,6
	Mar/15 (c)	97	97	50	340	914	390	3.332	1.514	5,5	1,5
	(c/a)	-1,6	-1,6	-0,6	-32,3	56,9	-7,6	3,4	3,3	-	-
Arroz	2014 (a)	389	389	587	1.507	845	1.598	12.150	5.172	69,5	4,8
	Mar/15 (c)	366	366	548	1.498	830	1.704	12.262	5.391	66,1	4,5
	(c/a)	-6,0	-6,0	-6,6	-0,6	-1,8	6,6	0,9	4,2	0,0	0,0
Algodão	2014 (a)	19	19	76	4.102	1.288	3.454	4.289	3.732	5,9	1,8
	Mar/15 (c)	21	21	85	3.984	1.262	3.487	3.839	3.756	6,7	2,2
	(c/a)	15,0	15,0	11,7	-2,9	-2,0	1,0	-10,5	0,6	-	-
Mandioca	2014 (a)	188	188	1.619	8.610	5.511	9.754	23.088	14.681	29,4	7,0
	Mar/15 (c)	197	197	1.786	9.055	6.144	10.338	24.267	14.959	29,1	7,4
	(c/a)	4,9	4,9	10,3	5,2	11,5	6,0	5,1	1,9	-	-
Cana-de-açúcar	2014 (a)	46	46	2.665	57.653	71.587	58.907	689.962	69.552	3,7	0,4
	Mar/15 (c)	48	48	2.879	60.367	71.160	59.184	673.009	71.005	4,1	0,4
	(c/a)	3,2	3,2	8,0	4,7	-0,6	0,5	-2,5	2,1	-	-

Fonte: IBGE/GCEA/LSPA

No caso da cultura da soja, não obstante a previsão de expressiva ampliação da área colhida (+5,1%), deverá ocorrer uma redução na produtividade, principalmente devido às condições climáticas adversas. Na região de Balsas, os agricultores que antes reclamavam da estiagem que ocorreu no ano passado, agora afirmam que o excesso de chuvas prejudicou a seara, o que justifica a queda na produtividade de -1,1%.

As previsões para a cultura da mandioca apresentaram números positivos, tanto em relação à produção quanto ao rendimento médio. O prognóstico é de ampliação da produção em 10,3%, em relação a 2014, devido em grande parte ao aumento da produtividade (+5,2%) observado em várias regiões do Estado, reduzindo o diferencial entre a produtividade da cultura da raiz no Maranhão em comparação com a média nacional.

4.3 Energia Elétrica

Consumo de energia elétrica na indústria de transformação maranhense retraiu no 1º trimestre de 2015

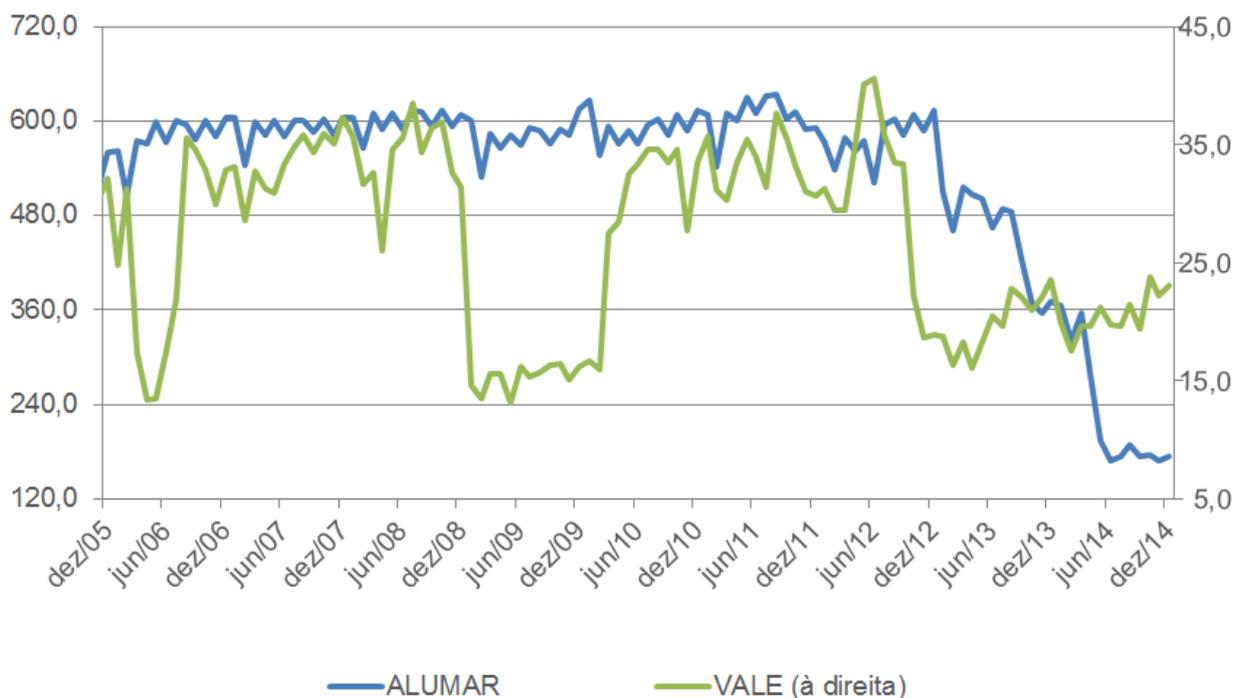
Os dados disponíveis sobre o consumo de energia elétrica, no Estado do Maranhão, demonstram que o desempenho da indústria de transformação está sendo impactado negativamente pela queda na cotação das principais *commodities* exportadas (minério de ferro e alumínio).

No caso da Alumar, a queda do consumo de energia, no acumulado do 1º trimestre de 2015, foi de 47,9%. Destaca-se que a empresa já havia apresentado, em 2014, redução de 49,7% no consumo de energia elétrica, em relação a 2013. A retração no consumo apresentada em ambos os períodos é explicada pela expressiva queda da produção de Alumínio não ligado em forma bruta e de Ligas de alumínio em forma bruta. Por outro

lado, a empresa optou por aumentar a quantidade de Alumina Calcinada (produto de menor valor agregado e de menor consumo energético), que permanece com cotação relativamente estável no mercado.

Ainda sobre o desempenho da Alumar, destaca-se que, o cenário apresentado nos três primeiros meses de 2015, sugere maior deterioração do nível de atividade, posto que o Consórcio de Alumínio do Maranhão, anunciou no dia 30 de março, a desativação da última linha de produção de alumínio no Estado, com a consequente eliminação de 650 postos de trabalho formal. Portanto, evidenciará uma queda abrupta do consumo de energia elétrica da empresa nos próximos meses.

Gráfico 12. Evolução do Consumo de Energia da Alumar e da Vale(em GWh) – Mar/05 a Mar/15



Fonte: Fonte: Eletronorte

A Vale, por sua vez, apresentou crescimento no consumo de energia elétrica de 3,7%, no acumulado de janeiro a março de 2015 em compara-

ção a com mesmo período do mesmo anterior. Esclarece-se que o crescimento evidenciado em 2015 deve-se a uma base de comparação fraca,

posto que em 2013 houve o fechamento da Usina de Pelotização, rebaixando o consumo de energia para um patamar significativamente inferior. Portanto, o diminuto crescimento do consumo de energia registrado em 2014 (3,2%) e no 1º trimestre de 2015 não pode ser entendido, ainda, como a desejada retomada desta atividade. Evidencia-se que a oferta abundante e a fraca demanda pela matéria-prima no mercado exterior pressionaram o preço da *commodity* para patamares similares aos de 2009, levando a quedas nas receitas advindas da exportação. Cenário, que pode ser revertido a partir de 2016, com a possível retomada do crescimento mundial.

As demais indústrias de transformação, por sua vez, registraram expansão do consumo de energia elétrica (+6,3%) no 1º bimestre de 2015, em relação ao mesmo período de 2014, impulsio-

onado principalmente pela indústria de produtos minerais não metálicos e pela indústria química, com crescimento de 17,1% e 17,4%, respectivamente (**Tabela 5**). Apesar do resultado positivo na indústria de transformação, houve expressiva redução do consumo de energia nos segmentos da Metalurgia Básica, cujo recuo foi de 57,4%, e da indústria de construção, com decréscimo de 20,3%. Na metalurgia básica, a queda no consumo foi ocasionada pela produção de gusa, ferro e aço. Reitera-se que várias empresas desse segmento já haviam paralisado suas atividades. Em março de 2015, foi anunciado a paralização três guseiras, no primeiro trimestre do ano (Margusa, Fergumar e Cosima), com demissão de 500 trabalhadores diretos apenas na Margusa, em Bacabeira, fato que deverá reduzir ainda mais o consumo de energia neste segmento nos próximos meses.

Tabela 5. Consumo de Energia Elétrica nas atividades secundárias no Estado do Maranhão de 2010 a 2015* (Valores em GWh e Crescimento anual em %)

Atividades	2010	2011	2012	2013	2014	2014*	2015*	Cresc. %	
								14/13	15/14*
Indústrias de Transformação	410,7	413,0	408,0	336,1	322,4	49,3	52,4	-4,1	6,3
Fabric. Prod. Alimentícios e Bebidas	132,8	133,7	120,8	93,4	92,3	14,3	14,5	-1,1	1,2
Fabric. Produtos Madeira	11,1	9,8	8,8	8,5	9,8	1,4	1,7	15,8	27,8
Fabric. Celulose, Papel e Prod. Papel	8,3	7,1	3,7	0,8	0,8	0,1	0,4	-2,5	261,6
Fabric. Produtos Químicos	29,0	36,9	45,1	47,3	52,4	6,8	8,0	10,7	17,4
Fabric. Art. Borracha e Mat. Plástico	7,8	7,4	8,3	6,2	5,8	0,7	1,0	-6,4	42,3
Fabric. Prod. Minerais Não-Metálicos	117,8	122,5	149,7	137,2	119,5	18,0	21,0	-12,9	17,1
Metalurgia Básica	25,4	33,5	29,8	12,9	11,6	2,7	1,2	-10,3	-57,4
Fabric. Móveis Indústrias Diversas	13,2	13,4	9,3	14,0	14,5	2,4	2,2	3,2	-6,9
Construção	36,9	28,6	18,9	18,4	15,7	2,9	2,3	-14,9	-20,3

Fonte: CEMAR *Acumulado do primeiro bimestre

Nas Atividades Terciárias, o consumo de energia elétrica no Estado do Maranhão registrou expansão de 5,0%, no acumulado de janeiro a fevereiro de 2015. Os destaques foram: *Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais* (+23,2%); *Transporte, Armazenagem e Comunicações* (+11,1%); e *Transporte Armazenagem e Correios* (+20,4%). A atividade de *Educação*, entretanto, apresentou uma queda (-3,0%) no início do ano.

Apesar do resultado positivo do consumo de energia elétrica na Atividade Terciária, no primeiro bimestre de 2015, observa-se que as atividades com maior peso no consumo, como *Comércio e Alojamento e Alimentação*, mesmo apresentando resultados positivos, registraram forte desaceleração, corroborando a queda no desempenho dessas atividades nos indicadores de mercado de trabalho e volume de vendas do Comércio

cio.

Tabela 6. Consumo de Energia Elétrica nas Atividades Terciárias no Estado do Maranhão de 2010 a 2015* (Valores em GWh e Crescimento em %)

Atividades	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014*	2015*	Cresc. %	
											14/13	15/14
Total	633,5	670,3	703,8	817,6	871,6	956,2	1.045,8	1.152,9	179,7	188,8	10,2	5,0
Comércio, Rep. de Veículos Automot.	325,7	342,8	352,6	423,2	464,7	525,6	569,7	603,5	96,9	97,5	5,9	0,6
Outros Serv. Colet., Sociais e Pessoais	45,9	48,6	50,0	59,8	63,0	71,3	92,5	140,9	20,4	25,2	52,3	23,2
Alojamento e Alimentação	82,5	87,0	88,3	103,3	104,1	107,9	115,0	119,4	19,3	19,3	3,8	0,2
Transporte, Armaz. e Comunicações	56,6	61,7	65,4	65,1	66,0	70,5	77,6	82,8	12,5	13,9	6,8	11,1
Saúde e Serviços Sociais	45,1	46,9	49,6	54,3	54,1	55,2	59,2	62,1	9,6	10,4	5,0	7,8
Intermediação Financ., Seguros, Prev.	35,9	36,9	38,1	42,2	46,0	49,2	52,4	53,5	8,6	8,7	2,1	0,5
Educação	23,3	25,0	26,6	29,3	29,5	31,6	34,3	37,1	4,6	4,4	8,2	-3,0
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	18,3	21,0	32,7	40,0	43,7	44,5	44,7	52,8	7,7	9,3	18,1	20,4
Outros	0,1	0,2	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,1	0,1	21,4	27,7

Fonte: CEMAR * Primeiro bimestre

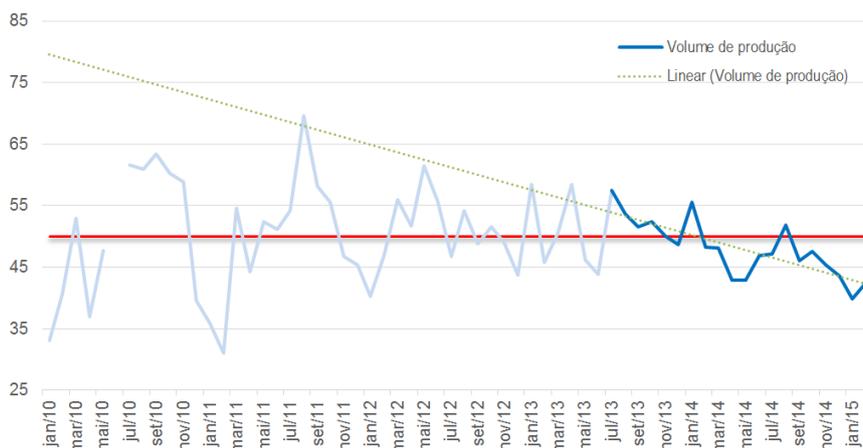
4.4 Sondagem Industrial

Índice de volume de produção recua pelo 3º mês consecutivo

No ano de 2015, o índice Índice de volume de produção, divulgado pela Federação das Indústrias do Maranhão – FIEMA, seguiu uma trajetória de queda acentuada, atingindo o patamar de 39,9 em janeiro de 2015, o menor nível desde

fevereiro de 2011. Em fevereiro de 2015, o índice esboçou uma melhora de 2,6 p.p, todavia, não se pode falar em retomada do crescimento no volume de produção (**Gráfico 13**)

Gráfico 13. Evolução do índice de volume de produção da indústria – Fev/10 a Fev/15.



Entre fevereiro de 2010 e agosto de 2013, o indicador de volume de produção, manteve-se, desconsiderando as oscilações, numa trajetória acima do ponto médio (50,0) que separa o otimismo do pessimismo. Após esse período, passou a apresentar, sistematicamente, resultados que indicam uma redução no volume de produção industrial.

Fonte: FIEMA

Considerando-se a média dos índices registrados em cada ano, confirma-se o fraco desempenho das indústrias maranhenses em 2015 (**Tabela 7**). Observa-se que houve redução no nível de

utilização da Capacidade Instalada para 63% no primeiro bimestre de 2015, comparativamente aos 70% registrados no primeiro bimestre de 2014.

Analisando-se as diferenças entre as médias

do Índice de Volume de Produção, registradas no 1º bimestre de 2014 e de 2015, segundo o tamanho das empresas, verifica-se que as grandes

empresas e as pequenas e médias empresas sofreram, praticamente na mesma magnitude, com atual conjuntura econômica do Estado, cuja queda foi, respectivamente, de 10,6 p.p. e 10,15 p.p., no período destacado.

Tabela 7. Média do índice de volume de produção da Indústria do Maranhão de 2010 a 2015*

Ano		2010	2011	2012	2013	2014	2014*	2015*
Volume de Produção		50,5	49,9	50,5	51,4	47,2	52,0	41,2
UCI em %		---	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6
UCI c/ relação ao usual p/ o mês		53,6	43,1	47,3	46,1	44,5	50,6	37,7
Empregados		50,0	48,9	50,0	49,3	46,3	49,5	41,1
Estoque prod. finais (comparado mês anterior)		---	48,1	50,4	49,4	48,4	50,0	53,0
Estoque prod. finais c relac planejado no mes		44,0	46,3	49,7	48,9	45,1	47,9	50,8
Volume de Produção	Empresas de Pequeno Porte	---	---	---	48,8	48,1	49,3	39,1
	Empresas de Médio e Grande Porte	---	---	---	51,6	48,2	53,4	42,8
EXPECTATIVAS próximos 6 meses	Demanda	67,4	63,7	63,8	61,9	64,8	66,4	53,0
	Empregados	51,5	52,8	56,5	54,3	53,9	59,3	49,4
	Compra de Matéria-prima	64,3	58,7	59,6	58,3	57,0	59,3	49,0
	Exportação	51,4	55,5	55,4	59,6	78,0	91,6	48,7

Fonte: FIEMA * Média do índice no 1º bimestre

Ainda sobre a produção industrial do Maranhão, observa-se na **Tabela 7**, que as empresas maranhenses esboçam receio quanto ao futuro próximo (seis meses), em todas as modalidades pesquisadas (volume exportado, compra de matéria-prima, contratação de empregados e expan-

são da demanda). Confirmadas essas expectativas negativas, a demanda de emprego será impactada negativamente, posto que o índice médio de expectativas de empregados, no 1º bimestre de 2015 (49,95), sugere intenções de demissões líquidas pelas empresas.

4.5 Índice de Confiança do Empresário

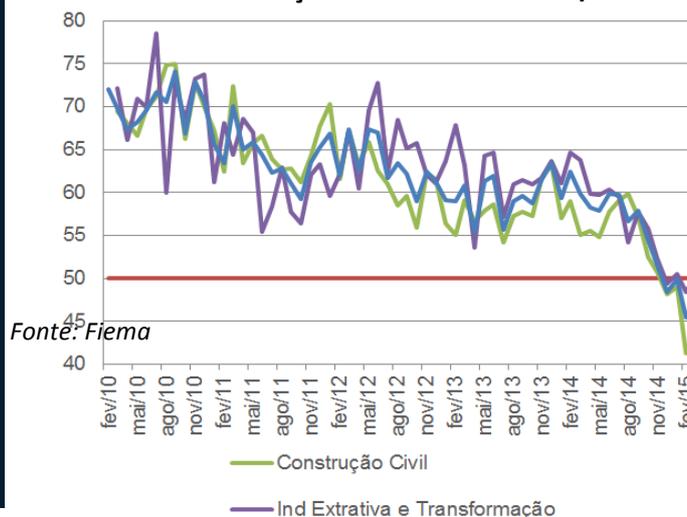
Confiança empresarial registra queda

O Índice de Confiança do Empresário Industrial Maranhense – ICEI iniciou o ano 2015 com índices classificados como pessimistas (abaixo de 50,0) e mantém-se nesse campo, com leve melhora de fevereiro (41,3) para março (47,3). Den-

tre as atividades que contribuíram para o menor otimismo do ICEI maranhense em 2015, destaca-se a construção civil, cujo índice em março (43,0) sinaliza elevado pessimismo.

Desde de 2010, o ICEI apresenta arrefecimento da expectativa de expansão, com acomodação em 2013. No ano 2014, seguiu com trajetória de arrefecimento, intensificada a partir de meados do ano, e encerrou 2014 com o primeiro índice da série abaixo do ponto médio (50,0). E, em 2015, seguiu no campo pessimista.

Gráfico 14. Evolução do ICEI no MA - Fev/10 a Fev/15



Considerando a média anual do ICEI no período 2010 - 2015 (**Tabela 8**), constata-se que a acentuada queda na confiança dos empresários maranhenses, no 1º trimestre de 2015, foi ocasionada, principalmente, pelo elevado pessimismo em relação economia brasileira, cujo resultado apresenta-se mais agravante para o momento atual (27,7) que para o futuro próximo (44,7), e pela atual falta de confiança no desempenho da economia do Estado (32,7).

Sobre a confiança na economia, ressalta-se que os empresários conjecturam melhores resul-

tados na atividade econômica econômica estadual, posto que o índice (50,13) registrou uma leve recuperação.

Verifica-se na **Tabela 8** que o ambiente de negócios encontra-se mais desvantajoso para as Médias e Grandes Empresas. Comparando-se o 1º trimestre de 2014 com o 1º trimestre de 2015, observa-se que, apesar do ICEI ter caído em ambos os portes, as MPE continuaram confiantes (52,3) enquanto as Médias e Grandes empresas registraram pessimismo (49,3).

Tabela 8. Média do Índice de Confiança do Empresário do Maranhão de 2010 a 2015*

ICEI MA		2010	2011	2012	2013	2014	2014*	2015*
ICEI	ICEI	70,4	64,0	63,6	59,6	57,2	60,5	47,5
	Condições atuais	63,1	52,7	53,2	47,8	46,5	50,1	36,6
	Economia Brasileira	61,1	49,6	50,6	44,6	41,8	46,3	27,7
	Estado	59,6	49,0	50,3	43,7	41,6	44,6	32,3
	Empresa	63,5	54,2	54,2	49,5	48,7	52,1	39,6
	Expectativa	74,0	70,1	68,7	65,7	62,5	65,8	54,0
	Economia Brasileira	68,4	64,5	65,6	60,6	55,8	58,8	44,7
	Estado	68,8	62,4	63,1	60,1	56,2	58,1	50,1
	Empresa	76,9	72,9	70,4	68,6	66,0	69,2	58,0
	ICEI por porte	MPEs	68,9	63,6	64,7	59,9	58,4	62,2
Médias e Grandes Empresas		70,6	64,2	63,3	59,5	56,9	60,1	49,3

Fonte: FIEMA * Média do índice no 1º trimestre

4.6 Financiamento Imobiliário

Não obstante o ritmo de crescimento da concessão crédito imobiliário no Estado ter superado os 14% em termos reais no acumulado de 2014, as perspectivas são de rápida desaceleração em 2015

De acordo com os dados do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, o total da concessão de crédito para a aquisição de imóveis no Maranhão alcançou R\$ 79,8 milhões (valores corrigidos pelo IPCA) em janeiro de 2015, registrando incremento real de 36,9% em relação ao mês de janeiro de 2014. Apesar desse crescimento, estima-se queda no volume de financiamentos de imóveis resi-

denciais contratados com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, posto que no primeiro quadrimestre de 2015, a Caixa Econômica Federal já anunciou dois aumentos de juros para financiamento de imóveis residenciais tomados com recursos da poupança (SBPE), por consequência do aumento da taxa básica de juros.

Tabela 9. Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis MA, NE e BR (Valores Constantes em R\$ milhões, Inflac. pelo IPCA) – 2007 a 2015*

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	82,1	1.162,0	13.819,3	7,1	0,6
2008	126,9	1.797,7	20.023,5	7,1	0,6
2009	233,3	2.877,2	27.906,1	8,1	0,8
2010	344,5	4.189,7	41.874,6	8,2	0,8
2011	549,4	5.704,8	55.247,9	9,6	1,0
2012	707,6	7.212,3	64.123,8	9,8	1,1
2013	804,5	9.556,6	84.979,3	8,4	0,9
2014	906,2	10.194,7	84.674,7	8,9	1,1
2014*	58,3	740,9	6.733,6	7,9	0,9
2015*	79,8	917,4	7.214,7	8,7	1,1
2007 a 2013	46,3	42,1	35,4	-	-
2007 a 2014	40,9	36,4	29,6	-	-
2015*/2014*	36,9	23,8	7,1	-	-

Fonte: SBPE/Bacen *janeiro

Em janeiro de 2015, a taxa de crescimento do volume de financiamentos imobiliários do Maranhão ficou acima da registrada no Nordeste, enquanto a taxa do Brasil foi negativa.

Comparando-se o crescimento desses dois períodos com o desempenho observado entre 2007 e 2014, nota-se expressivo arrefecimento do volume de concessão de crédito para aquisição de imóveis nos níveis estadual, regional e nacional.

Destaca-se ainda, que o aumento da taxa básica de juros (atualmente em 12,75%) tornou a caderneta de poupança um investimento menos atrativo frente às alternativas de renda fixa, reduzindo a capacidade dos bancos em conceder crédito imobiliário, fato que deverá contribuir para agravar o ritmo de desaceleração do volume de financiamentos habitacionais concedidos em

2015. Os dados divulgados pelo Banco Central para março de 2015 mostram que os resgates da poupança (R\$ 171,1 bilhões) superaram os depósitos (R\$ 159,7 bilhões) em R\$ 11,4 bilhões, incorrendo no pior resultado no saldo da modalidade de crédito desde o início da série, em dezembro de 1995.

4.7 Comércio

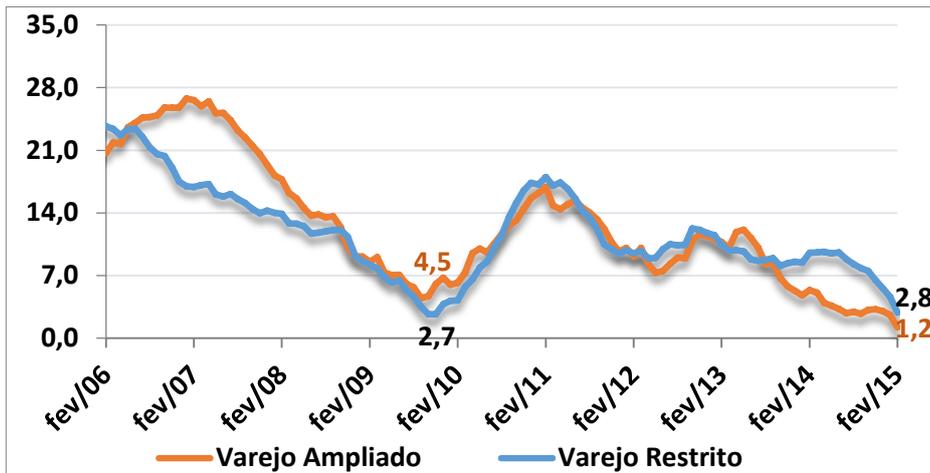
Em fevereiro de 2015, o desempenho do comércio varejista maranhense sinalizou tendência de acentuação do arrefecimento para o ano

No primeiro bimestre de 2015, o volume de vendas do comércio varejista restrito e o ampliado (que adiciona *Veículos e motocicletas, partes e peças* e de *Material de construção*) apresentou redução de 5,2% e de 4,3%, respectivamente, em relação ao primeiro bimestre de 2014. O emplacamento de automóveis novos no Estado do Maranhão, por exemplo, registrou um decréscimo de 12,5% no primeiro trimestre de 2015, em relação ao mesmo período do ano anterior, variando

de 9.163 para 7.997, segundo dados do Detran MA.

Esses resultados estão em convergência com os dados apresentados no nível nacional, que também registrou taxas negativas nas duas óticas, no período analisado. A perda de dinamismo que já vinha sendo observada desde o início de 2011, interrompida em 2013-2014 pelas desonerações tributárias e pelas medidas de estímulo ao crédito, aprofundou-se a partir do segundo semestre de 2014.

Gráfico 15. Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado no Maranhão – Crescimento em 12 meses (em %) – Fev/06 a Fev/15



Considerando-se o crescimento médio no período de 12 meses, encerrados em fevereiro de 2015, verifica-se que o desempenho do comércio restrito, de 2,8%, foi análogo ao registrado na crise de 2008-2009, quando a atingiu a taxa de crescimento da série, 2,7% em novembro de 2009.

Fonte: IBGE

Associa-se, como fatores contracionistas: o elevado endividamento das famílias ludovicenses (a capital detém o maior peso na atividade comercial); a pressão inflacionária, reduzindo o poder de compra da população; a subida da taxa básica de juros para patamares de dois dígitos,

encarecendo o crédito para aquisição de bens de consumo, bens duráveis e financiamentos de imóveis; e a contração do mercado de trabalho, principalmente no setor da construção civil e da transformação, com consequente redução da massa de rendimento salarial.

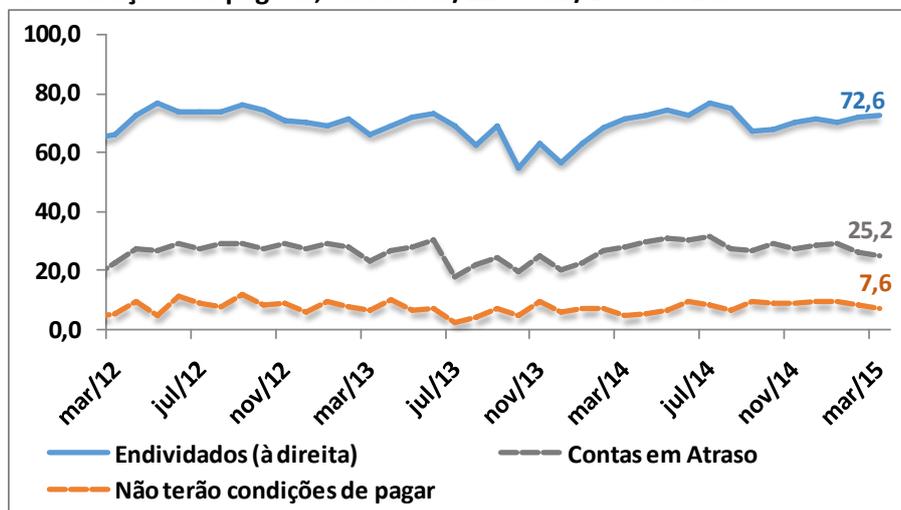
4.8 Endividamento

Redução do número de famílias com contas em atraso é destaque no mês de março

O percentual de famílias endividadas em São Luís ficou estável em relação ao mês de fevereiro, variando de 72,3% para 72,6%, segundo dados da

pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC.

Gráfico 16. Percentual de Famílias endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-la, entre Mar/12 e Mar/15 - São Luís



As famílias com contas em atraso e famílias inadimplentes (sem condições de pagar as contas em atraso) continuou recuando, saindo de 26,3% para 25,2% e de 8,6% para 7,6%, respectivamente. Resultado do comportamento cauteloso de grande parte das famílias que se encontram em meio à dívidas já assumidas.

Fonte: Fecomércio

Essas famílias, diante do cenário econômico de baixo crescimento, encontram-se menos confiantes na recuperação da atividade econômica, preferindo quitar as dívidas em atraso e postergando o consumo, principalmente de bens duráveis, para um momento mais propício. O resultado desse comportamento será observado, em especial, no volume de vendas do comércio varejista de São Luís, contribuindo para a desaceleração em curso.

Na comparação interanual, a leitura para o percentual de famílias endividadas e para as famílias inadimplentes continuou pressionada, enquanto para famílias com contas em atraso apresentou-se menor. O número de famílias dentro

desta última classificação recuou de 86,8 mil para 74,4 mil, consolidando a tendência supracitada. Entretanto, o alerta que se faz diz respeito ao aumento consecutivo nos últimos três meses, do percentual de endividadados, pois com o mercado de trabalho mais apertado e a massa salarial caindo na margem é provável que haja uma reversão das quedas registradas entre as famílias com contas em atraso.

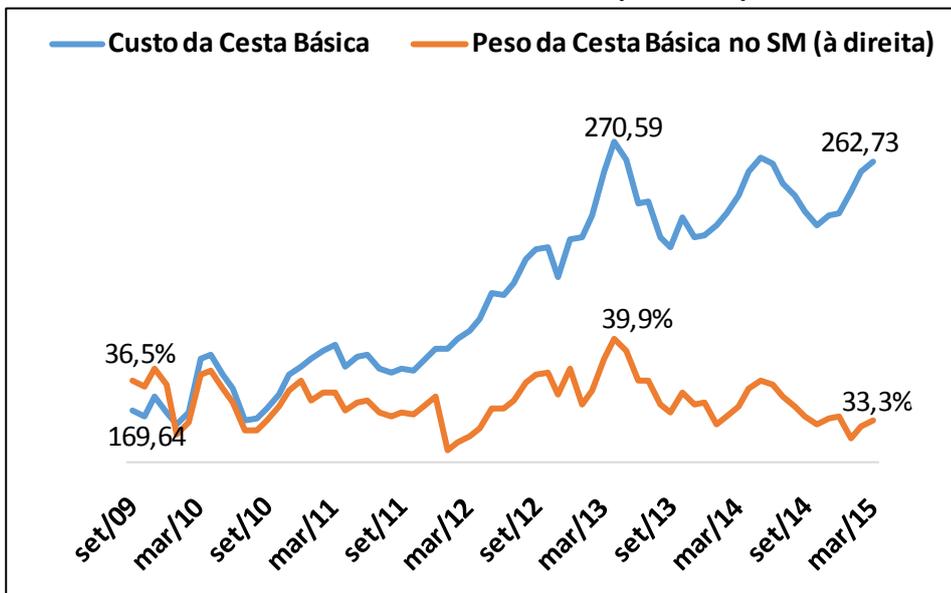
As modalidades de pagamento que concentram mais dívidas são o *Cartão de Crédito* (73,0%) e os *Carnês* (13,4%), exatamente onde os juros são maiores, havendo uma resiliência para que as famílias se desfaçam das dívidas.

4.9 Cesta Básica de São Luís

Custo da Cesta Básica de São Luís cresce no primeiro trimestre de 2015

A pesquisa mensal da cesta básica de São Luís registrou crescimento de 1,3% em março de 2015 (**Gráfico 17**). Dentre os 12 produtos que compõem a cesta, os gêneros alimentícios de origem animal manteiga (+ 10,1%), carne (+2,5%), leite (+2,2%) e o óleo de cozinha (+5,4%), foram os que mais cresceram neste mês. Os itens feijão e arroz também registraram aumento em março (3,6% e 2,0%, respectivamente).

Gráfico 17. Custo da Cesta Básica em São Luís – Set/09 a Mar/15



A Cesta Básica registrou aumento de 8,0% no acumulado do primeiro trimestre de 2015. Nesse mesmo período, o comprometimento do salário mínimo foi, em média, de 32,7%. Portanto, ficando abaixo do peso verificado em dezembro de 2014, em virtude do acréscimo de 8,8% no salário mínimo.

Fonte: IMESC

Chama-se a atenção para a relação entre a variação dos preços de alguns itens da cesta básica e a produção agrícola, a exemplo do arroz e feijão, que registraram expressivas elevações de preço, respondendo a quebras na produção, assim como a redução nos preços da farinha de

mandioca, resultado da elevação da produtividade no cultivo da raiz. Sobre esse último item, destaca-se que a queda no preço em março de 2015 foi de 12,0%, em relação ao mês anterior.

É importante observar que é típico do primeiro trimestre de cada ano a elevação do preço

da Cesta Básica, devido a fatores como: reajuste do salário mínimo e de contratos (impactando sobre os custos salariais), assim como fatores

climáticos. Sendo assim, pode-se esperar uma acomodação do preço da Cesta Básica no final do primeiro semestre de 2015.

4.10 Cheques sem Fundos

Cresce a inadimplência via Cheques sem Fundos

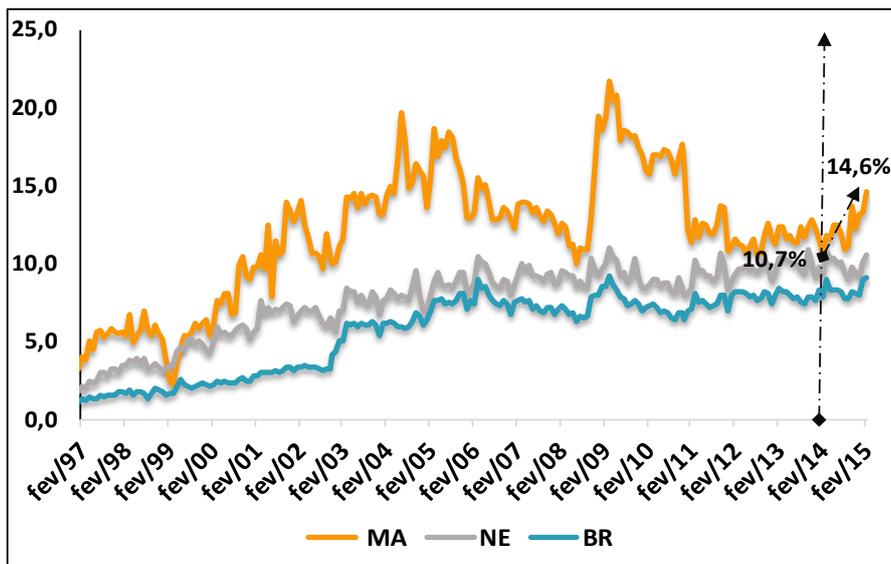
O Sistema Brasileiro de Pagamento – SBP, por meio da entidade Centralizadora da Compensação de Cheques – COMPE, registrou alta na proporção de cheques sem Fundos no Estado do Maranhão, variando de 13,3% em janeiro para 14,6% em fevereiro de 2015, com taxas superiores às do Nordeste e do Brasil. (**Gráfico 18**).

Para Região Nordeste, a razão de cheques sem fundos em relação aos cheques trocados foi de 10,6%, a maior desde março de 2014. Com rela-

ção ao Brasil, a proporção dos cheques sem fundos foi de 9,1%, a maior desde dezembro de 2010. Esses resultados refletem o crescimento das Empresas Jurídicas – PJ, sobretudo as Micro e Pequenas Empresas, estão com compromissos com fornecedores, principalmente, à elevação do nível de preços e da taxa básica de juros nesse primeiro bimestre de 2015.

Em fevereiro de 2015, houve aumento na proporção de Cheque sem Fundos no Maranhão, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, saindo de 10,7% para 14,6%. Este foi o maior resultado desde dezembro de 2010, quando foi registrado o percentual de 16,4%.

Gráfico 18. Proporção de cheques sem Fundos sobre o total – BR, NE e MA (%) – Fev/97 a Fev/15



Fonte: Compe/BACEN.

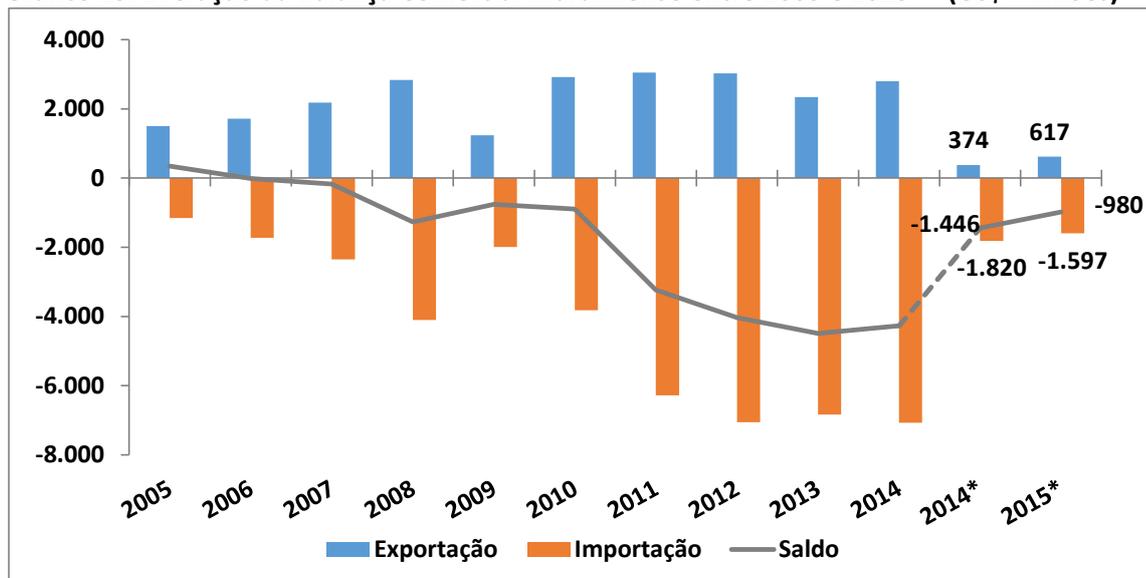
4.11 Comércio Exterior

Cai a participação do minério de ferro e aumenta o peso da alumina e da pasta de celulose nas exportações maranhenses, ao longo do primeiro trimestre do ano

Ao contrário do desempenho verificado na balança comercial brasileira, as exportações maranhenses registraram significativo crescimento, de 65,0%, no primeiro trimestre de 2015, comparado com o mesmo período de 2014. Por outro

lado, as importações registraram redução de 12,2%, resultando na redução de 32,2% no déficit da balança comercial maranhense, em relação ao primeiro trimestre de 2014.

Gráfico 19. Evolução da Balança Comercial Maranhense entre 2005 e 2015* - (US\$ Milhões)



Fonte: MDIC *Primeiro trimestre

Não obstante, a redução de 41% nas exportações do complexo de ferro, diante da queda do preço da *commodity* (redução de 18,4% no preço médio do ferro gusa) e da menor demanda chinesa, a pauta de exportação do Estado foi influenciada positivamente, no primeiro trimestre de 2015, pelos seguintes fatores: i) o aumento dos embarques de alumina calcinada, que atingiram a

cifra de US\$ 281,1 milhões (44,7% maior do que 2014); ii) a inclusão de complexo de celulose na pauta de exportação a partir de março de 2014, e que agregou US\$ 142,8 milhões no valor exportado de 2015; iii) e, em menor peso o bom desempenho das exportações de milho em grãos, cujos embarques elevaram-se de US\$ 11,6 milhões para US\$ 54 milhões (363,5% maior) no período.

Tabela 10. Composição das Exportações Maranhenses por Principais Categorias de Produtos em Valor (US\$ milhões) e Quantidade (1000 Ton.) – 2014* e 2015*

Categoria de Produtos	2014*		2015*		Cresc (%)	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	248,7	705,2	394,5	1.088,5	58,7	54,4
Complexos						
Complexo ferro	88,6	225,9	70,0	219,8	-21,0	-2,7
Complexo alumínio	194,2	658,6	281,1	883,3	44,7	34,1
Complexo Soja	34,0	68,1	47,0	115,0	38,4	68,7
Complexo Celulose	5,0	8,8	142,8	278,0	2.739	3.047
Outros	33,4	36,0	60,6	187,8	81,4	421,4
Complexo Ferro	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
Participação no Compl. (%)						
Minerios de ferro aglom. e conc.	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Ferro fundido bruto nao ligado	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0
Minerios de ferro n/aglom. e seus conc.	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Complexo Alumínio	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
Alumina calcinada	99,5	99,9	100,0	100,0	0,5	0,1
Aluminio nao ligado em forma bruta	0,1	0,01	0,0	0,0	-100	-100
Ligas de aluminio em forma bruta	0,4	0,1	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Outros	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
Complexo Ouro	63,5	0,0	36,0	0,0	-43,4	-66,0
Algodão Simplesmente Debulhado	18,1	8,7	14,2	3,0	-21,4	-65,2
Milho em grão exc. p/ semeadura	11,6	56,4	54,0	91,9	363,5	63,1

Fonte: MDIC *Janeiro a Março

A categoria *Outros Produtos* registrou aumento de 81,4%, variando de US\$ 33,4 bilhões no primeiro trimestre de 2014 para US\$ 60,6 bilhões no mesmo período de 2015.

Com base na pauta das exportações estaduais, segundo o destino, a partir das tendências observadas no primeiro trimestre do ano, pode-se afirmar que: i) Os embarques para os Estados Unidos apresentam recuperação e crescimento acima do esperado, apesar da redução dos preços do minério de ferro (um dos principais produtos importados pelos EUA) no mercado internacional.

A pauta de exportação para o país foi compensada pela pasta de celulose, porém as perspectivas são de redução da produção de ferro gusa em detrimento da atual crise das *commodities*, com isso especula-se uma reversão no quadro, com redução da participação do EUA em nossas exportações. ii) A China é um dos principais países importadores do Estado (o maior no ano passado), e mesmo com a redução do ritmo do crescimento, a quantidade importada no primeiro trimestre de 2015 pelos chineses foi maior do que a do ano passado.

Quanto ao destino das exportações maranhenses no primeiro trimestre deste ano, a liderança ficou com a América do Norte com 31,1% das exportações, sendo 20,1% dos Estados Unidos e 10,9% do Canadá. Houve aumento das exportações para os países asiáticos, os segundos da lista, a China que no mesmo intervalo de 2014 representava 6,2% da pauta, chegou à 11,9% neste ano.

Tabela 11. Composição das Exportações Maranhenses por Principais países de destino (valores em %), entre 2009 e 2015*

Total	1.233	2.920	3.047	3.025	2.342	2.796	374	617
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 EUA	23,6	8,6	14,8	15,4	19,6	18,4	21,2	20,1
2 China	3,5	4,6	7,8	5,4	9,3	21,5	14,9	13,3
3 Espanha	16,7	18,4	11,2	13,0	11,9	7,9	2,6	2,1
4 Islândia	0,0	4,8	5,3	8,0	10,3	6,0	7,6	13,6
5 Noruega	2,0	3,0	5,3	1,8	8,9	2,4	2,5	1,9
6 Áustria	1,3	0,7	1,6	2,7	1,6	0,0	0,0	0,0
7 Itália	1,4	0,9	1,8	0,9	1,8	2,6	0,0	4,3
8 Canadá	1,6	1,3	1,2	1,9	4,0	10,6	19,7	10,9
9 Reino Unido	5,6	7,8	7,5	7,7	11,3	0,9	0,0	0,0
10 PNA ¹	0,0	0,7	4,9	4,8	1,8	2,0	4,2	1,3
11 Suíça	0,0	1,8	2,2	3,8	4,2	0,0	0,0	0,0
12 Países Baixos	0,5	0,2	0,1	0,0	0,4	4,1	0,0	0,0
13 Argentina	0,0	0,2	0,3	0,0	0,3	3,6	7,5	5,0
14 Colômbia	0,5	2,9	5,2	2,4	0,6	0,0	0,0	0,0
15 Demais Países	43,3	44,0	31,2	32,2	14,1	20,0	19,8	27,5
Por Continentes								
1 América do Norte	27,1	13,2	22,5	20,8	28,9	29,0	40,9	31,1
2 Outros	10,1	11,9	12,7	18,9	15,0	3,6	7,5	5,0
3 Ásia	19,8	33,3	20,9	18,0	15,9	24,0	12,7	21,8
4 Europa	37,6	36,9	37,6	38,6	30,5	22,6	16,5	14,3
5 América do Sul	5,5	4,7	6,3	3,8	9,8	20,8	22,5	27,9

Fonte: MDIC * Primeiro trimestre

As importações do Estado por fator agregado mantiveram o padrão dos últimos anos sem alterar muito sua composição. No intervalo de janeiro a março deste ano houve aumento de 10,3% das importações de bens de capital, em comparação ao ano passado, ocorrido não somente pelo baixo investimento privado do ano passado no Estado mas também, em decorrência da expansão do investimento da Vale S/A com projeto de duplicação da ferrovia Estrada de Ferro Carajás; as importações da empresa mineradora nesse

primeiro trimestre estão 3,3 vezes maior se comparado com mesmo período de 2014.

A pauta de importação do Estado ainda concentra-se em Combustíveis e Lubrificantes, que representou nesses primeiros três meses 85,2% das importações, 15,4% a menos comparado ao ano passado. A redução no valor das importação deste componente deu-se em função principalmente da queda do preço do petróleo no mercado internacional, tornando-se o impulsionador da melhora da balança comercial estadual pelo lado das importações.

A importação de Bens de consumo despenhou 64,1% ao comparar o período do primeiro trimestre deste ano com o de 2014; com redução de 64,9% na importação de bens de consumo duráveis e 33,8% dos bens não duráveis, dentre os quais destacam-se a redução na importação de misturas à base de trigo e arroz não parboilizado,

respectivamente queda de 32,61% e 84,7%. A redução na importação dos bens de consumo é um provável reflexo da desvalorização cambial, assim como da estagnação da renda real.

Tabela 12. Importações Maranhenses por categorias de uso, nos anos 2013 a 2015* - Valor (US\$ Milhão)

CATEGORIA	2013		2014		Var % 13/14	2014*		2015*		Var % 15/14	Part (%) 2014	Part (%) 2015
	US\$	%	US\$	%		US\$	%	US\$	%			
Total	6.832.874.588	100,0	7.068.229.262	100,0	3,4	1.819,8	100,0	1.597,2	100,0	-12,2	100,0	100,0
Bens de Capital	718.194.964	10,5	294.585.233	4,2	-59,0	53,4	2,9	58,9	4,2	10,3	2,9	3,7
Outros Bens de Capital	533.299.845	7,8	232.781.409	3,3	-56,4	0,0	0,0	48,4	3,3	0,0	0,0	3,0
Equipamentos de Transp. de Uso In	24.726.178	0,4	61.803.824	0,9	150,0	53,4	2,9	10,5	0,9	-80,3	2,9	0,7
Bens Intermediários	737.209.436	10,8	684.765.724	9,7	-7,1	184,8	10,2	209,8	9,7	13,6	10,2	13,1
Alimentos e Beb destinados à Ind	30.448.388	0,4	32.257.090	0,5	5,9	170,8	9,4	201,4	0,5	17,9	9,4	12,6
Insumos Industriais	643.884.292	9,4	641.300.210	9,1	-0,4	11,7	0,6	6,3	9,1	-46,2	0,6	0,4
Pecas e Acess. Equip. de Transport	15.673.676	0,2	11.208.424	0,2	-28,5	2,3	0,1	2,1	0,2	-6,6	0,1	0,1
Bens Diversos	-	-	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	1,0	0,1
Bens de Consumo	103.704.635	1,5	65.036.130	0,9	-37,3	18,2	1,0	6,5	0,9	-64,1	1,0	0,4
Bens de Consumo Duráveis	2.867.090	0,0	3.642.679	0,1	27,1	17,7	1,0	6,2	0,1	-64,9	1,0	0,4
Bens de Consumo Não Duráveis	93.618.692	1,4	61.393.451	0,9	-34,4	0,5	0,0	0,3	0,9	-33,8	0,0	0,0
Combustíveis e Lubrificantes	5.273.765.553	77,2	6.023.842.175	85,2	14,2	1.563,5	85,9	1.321,9	85,2	-15,4	85,9	82,8

Fonte: MDIC *Janeiro a Março

4.12 Mercado de Trabalho

Geração de empregos formais no Estado registra recuo acentuado no primeiro trimestre de 2015

O mercado de trabalho formal maranhense registou saldo negativo de 6,8 mil empregos formais, no acumulado do primeiro trimestre de 2015, em termos líquidos¹. Todos os Estados do

Nordeste registraram saldo negativo, com o Maranhão assumindo a quinta posição dentre os Estados com maior destruição líquida de empregos na Região. (Tabela 13).

Tabela 13. Saldo de emprego formal¹ – Brasil, Grandes Regiões e UF's Nordestinas; acumulado de 2014 e 2015*

Localidade	2014*	2015*	mar/14 (a)	jan/15	mar/15 (b)	Var. absoluta (b-a)
Brasil	359.166	-50.354	35.105	2.696	19.282	-15.823
1º Sul	148.988	81.068	25.877	24.034	26.362	485
2º Centro-Oeste	44.174	22.982	285	12.751	4.010	3.725
3º Norte	-471	-20.874	3	-4.455	-6.210	-6.213
4º Sudeste	165.267	-56.121	29.391	-2.442	12.072	-17.319
5º Nordeste	-7.097	-76.626	-22.449	-27.572	-19.138	3.311
1º Sergipe	2.026	-174	-796	-114	249	1.045
2º Piauí	2.760	-185	1.265	314	1.016	-249
3º Alagoas	-13.952	-2.107	-9.776	-549	-496	9.280
4º Rio Grande d	1.243	-5.212	-912	-3.973	-171	741
5º Maranhão	-5.805	-6.841	-1.719	-2.246	-659	1.060
6º Paraíba	-504	-7.525	-3.574	-1.049	-5.691	-2.117
7º Ceará	2.355	-8.525	-1.964	-1.773	-357	1.607
8º Bahia	15.543	-10.969	2.193	-7.463	-1.167	-3.360
9º Pernambuco	-10.763	-35.088	-7.166	-10.719	-11.862	-4.696

Fonte: MTE *Janeiro a março ¹Ajustes até fevereiro.

Analisando-se a geração de empregos formais no acumulado do ano, por nível geográfico, observa-se que em todas as Regiões houve perda de dinamismo, na comparação com o mesmo período de 2014. Com destaque para a Região Nordeste cujo desempenho negativo foi mais expressivo, registrando 76,6 mil desligamentos líquidos.

Desagregando por subsetores de atividades, percebe-se que o fraco desempenho do primeiro trimestre de 2015 foi puxado pelas demissões líquidas nas atividades da Construção Civil (-4 mil) e Comércio (-2,2 mil), como observado na **Tabela 14**.

No setor da Construção Civil, o segmento que mais demitiu liquidamente foi o de *Construção de edifícios*, com o fechamento líquido de 33 mil postos de trabalho, entre janeiro e março de 2015. O setor sofre com elevados custos operacionais gerados pela inflação persistente (8,13%), desaquecimento do ritmo das obras públicas e pela diminuição de volume das obras imobiliárias.

O Comércio maranhense, em março do corrente ano, registrou criação de 162 empregos

líquidos. Porém, no acumulado de 2015 o quadro é de forte retração, principalmente, no segmento Varejista que registrou 2,1 mil demissões líquidas. Dentre as principais razões para tal desem

penho, cita-se a elevação da taxa de juros para o crédito direcionado ao consumo, freando o crescimento das vendas no setor.

No que se refere ao setor da Indústria de Transformação, registraram-se 263 demissões líquidas, no primeiro trimestre de 2015. As atividades que mais contribuíram para esse resultado foram *Produtos minerais não metálicos* (-210) e *Indústria Química* (-141). Em contraponto, as atividades de *Mecânica* (+109) e *Metalúrgica* (+20) registraram as maiores contratações.

Tabela 14. Mercado de Trabalho Formal no Maranhão segundo Subsetores de Atividade - 2011 a 2015* (CAGED Ajustado¹).

Setores de atividade	Geração de Empregos (CAGED)				Acumulado		Março		Variação (b-a)	Variação (d-c)
	2011	2012	2013	2014	2014* (a)	2015* (b)	2014* (c)	2015* (d)		
Total	28.393	16.308	17.474	849	-4.806	-6.841	-2.637	-659	-2.035	1.978
Extrativa mineral	68	199	3	-197	72	-337	11	-43	-409	-54
Indústria de Transformação	2.374	670	444	-804	-139	-263	-643	-131	-124	512
Produtos min. não metálicos	562	341	537	-185	-335	-210	-246	-66	125	180
Metalúrgica	911	427	-131	-467	-52	20	-31	-34	72	-3
Mecânica	123	-231	-994	-606	-407	109	-87	0	516	87
Material elétrico e de comunicações	-5	183	12	164	31	-5	7	-3	-36	-10
Material de transporte	36	81	-29	-2	-17	-31	-5	-26	-14	-21
Madeira e Mobiliário	40	-33	178	89	82	-53	-2	-22	-135	-20
Papel, papelão, editorial, gráfica	-60	15	202	26	-24	59	-11	10	83	21
Borracha, fumo, couros, peles, similares ind. diversas	-18	104	-26	89	91	-28	9	-13	-119	-22
Química	249	-598	313	-204	337	-141	-362	-30	-478	332
Têxtil	58	-10	-6	15	15	-2	5	7	-17	2
Calçados	8	-3	11	-6	14	2	-3	2	-12	5
Alimentos e Bebidas	470	394	377	283	126	17	83	44	-109	-39
Outras Indústrias	24	187	152	349	79	0	-5	-20	-79	-15
S.I.U.P.	182	-332	427	-913	-213	156	-53	84	369	137
Construção civil	678	-4.206	1.773	-6.784	-3.832	-4.024	-1.651	-955	-192	696
Comércio	8.962	8.679	6.334	4.681	-1.516	-2.209	-545	162	-693	707
Comércio varejista	7.486	6.933	5.394	3.220	-1.760	-2.124	-530	89	-364	619
Comércio atacadista	1.476	1.746	940	1.461	244	-85	-15	73	-329	88
Serviços	11.241	11.399	10.085	4.467	1.327	120	410	244	-1.207	-166
Inst. de crédito, seguros e capit.	866	72	-27	-1	21	23	33	16	2	-17
Com. e adm. de imóveis, serv. Téc.	4.092	3.228	2.645	-1.314	-96	594	-130	252	690	382
Transportes e comunicações	2.204	1.392	1.024	-178	-299	-497	-109	-130	-198	-21
Alojamento, alimentação	1.322	4.161	3.956	3.668	427	-580	-71	-159	-1.007	-88
Serv. médicos, odonto. e vet.	1.637	1.383	1.689	1.606	195	223	39	95	28	56
Ensino	1.120	1.163	798	686	1.079	357	648	170	-722	-478
Outros Serviços	2.188	1.455	1.593	1.605	-278	-474	-76	-114	-196	-38
Administração pública	424	377	1.043	468	9	55	-192	54	46	246
Agropecuária	4.464	-478	-2.635	-69	-514	-339	26	-74	175	-100

Fonte: RAIS/CAGED/M.T.E

Fonte: MTE

*1º Trimestre

¹Ajustes até fevereiro.

Para os próximos meses, a perspectiva é de continuidade da retração na geração de empregos nos setores da Indústria e da Construção, devido ao anúncio de demissões na empresa Alumar e para algumas guserias, conforme descrito na seção Nível de Atividades. No que se refere à Alumar, as 650 demissões anunciadas terão impacto de 2.600 demissões indiretas, visto que para cada emprego gerado na siderúrgica, cinco são criados em outras áreas da cadeia produtiva. Quanto ao segmento ferro gusa, as demissões de 500 empregos anunciadas pela empresa Margusa terão impactos indiretos com consequente redução de empregos nas atividades de silvicultura, extrativismo vegetal e serviços relacionados.

O setor de Serviços teve performance positiva no primeiro trimestre de 2015, com a abertura

líquida de 265 postos de trabalho formais, com 244 somente no mês de março. Destacam-se as contratações nas atividades de *Compra e administração de imóveis* (+252), *Ensino* (+170) e *Serviços médicos* (+95). Em contrapartida, as mais 34 demissões líquidas foram registradas na atividade de *Alojamento e alimentação* (-580).

O setor da Agropecuária, por sua vez, vem contabilizando sistemáticos resultados negativos que totalizaram 339 demissões líquidas no acumulado do ano. Tal performance deve-se às atividades de apoio à produção florestal (-238) que estão diretamente ligadas a paralisação das siderurgias.

Quanto à dinâmica do emprego formal dos municípios maranhenses, a **Tabela 15** apresenta o saldo de empregos, por setor de atividade, no acumulado do primeiro trimestre de 2015.

Tabela 15. Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação no acumulado de 2015* (CAGED ajustado)

Ordem	Município	Extr Mineral	Ind Transf	SIUP ¹	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm Pública	Agropecuária	Total
Total		-337	-263	156	-4.024	-2.209	120	55	-339	-6.841
1º	Imperatriz	16	111	-6	-23	95	-48	12	143	300
2º	Caxias	0	2	-6	292	-61	60	0	1	288
3º	Tasso Fragoso	0	0	0	0	58	1	0	90	149
4º	Sao Joao dos Patos	0	1	-1	123	-1	-2	0	-1	119
5º	São José de Ribamar	1	-63	10	-350	296	179	0	3	76
6º	Riachao	0	-3	0	-3	35	0	0	32	61
7º	Presidente Dutra	0	18	0	1	-42	27	0	55	59
8º	Olho D Agua das Cunhas	0	0	1	44	-1	0	0	1	45
9º	Vila Nova dos Martirios	0	-9	0	-1	-1	-10	0	65	44
10º	Cidelândia	0	-2	0	19	11	0	0	7	35
208º	Grajaú	-6	-10	-1	48	-34	19	0	-113	-97
209º	Santo Antonio dos Lopes	0	1	-1	-9	-100	-30	0	0	-139
210º	Estreito	-1	-7	2	-132	-26	-1	0	2	-163
211º	Coelho Neto	0	-3	0	0	-2	7	0	-196	-194
212º	Godofredo Viana	-268	0	0	0	3	-8	0	0	-273
213º	Santa Inês	0	4	0	-101	-153	-22	0	-4	-276
214º	Acailândia	0	13	0	-171	-53	59	0	-129	-281
215º	Balsas	1	-29	-2	-224	-338	48	0	147	-397
216º	Bacabeira	-25	-22	0	-381	-1	-10	0	-1	-440
217º	São Luís	-19	-50	126	-2.903	-1.422	-211	47	21	-4.411

Fonte: MTE *1º Trimestre, com ajustes até fevereiro ¹Serviços Industriais de Utilidade Pública

Os municípios de Imperatriz (+300) e Caxias (+288) destacaram-se pelas maiores contratações

líquidas. Em Imperatriz, os setores responsáveis pelo bom desempenho foram a Agropecuária

(+143) e a Indústria da transformação (+111). Em Caxias, o destaque foi a atividade de Construção Civil (+292).

Em relação as demissões líquidas, São Luís liderou o *ranking* com o fechamento de 4,4 mil

postos de trabalho. O resultado negativo foi puxado pelos setores da Construção Civil (-2,9 mil) e do Comércio (-1,4 mil).

4.13 Finanças Públicas

Arrecadação Federal

A arrecadação de impostos federais do Maranhão cresceu a taxa real de 11,8% no primeiro bimestre de 2015, mas os impostos cuja arrecadação é compartilhada seguem em decréscimo

A arrecadação de impostos federais no Estado do Maranhão registrou um crescimento real de 11,8% (R\$ 92,1 milhões) no primeiro bimestre

de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014 (Tabela 16).

Tabela 16. Arrecadação de Impostos Federais no Estado do Maranhão – 2010 a 2015* (Em R\$ Milhões – Valores Constantes¹)

Receitas	Total em Milhões					Crescimento (%)		
	2012	2013	2014	2014*	2015*	2013/ 2012	2014/ 2013	2015/ 2014
Imposto Sobre Importação	136,8	100,1	74,4	6,1	11,5	-26,9	-25,7	89,1
Imposto Sobre Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-48,8	30,5	-
IPI - Total	119,4	175,9	115,9	22,9	20,2	47,4	-34,1	-12,0
Imposto Sobre a Renda - Total	843,1	966,5	1.026,9	187,1	162,9	14,6	6,2	-13,0
IRPF	166,1	206,9	219,1	15,5	13,3	24,6	5,9	-14,4
IRPJ	395,1	428,4	466,4	108,0	89,4	8,4	8,9	-17,2
IR Retido Na Fonte	281,9	331,2	341,4	63,6	60,2	17,5	3,1	-5,5
Imp. S/ Operações Financeiras	3,4	4,8	5,9	0,4	0,7	40,6	23,4	49,5
Imposto Territorial Rural	6,2	7,0	8,3	0,3	0,3	12,8	17,7	-1,2
COFINS	2.178,2	1.840,8	2.086,4	352,4	435,3	-15,5	13,3	23,5
Contribuição Para o PIS/PASEP	581,3	528,1	583,4	98,6	116,2	-9,1	10,5	17,9
CSSL	273,6	282,4	312,0	66,9	76,9	3,2	10,5	14,9
Cide-Combustíveis	219,2	0,5	0,4	0,0	0,0	-99,8	-15,0	-
Contribuições Para o FUNDAF	0,4	0,4	0,5	0,1	0,0	-11,6	25,2	-100,0
CPSSS	174,8	195,4	215,5	38,0	33,2	11,8	10,3	-12,6
Outras Receitas Administradas	89,0	33,0	80,0	7,2	14,9	-62,9	142,2	108,1
SUBTOTAL (I)	4.625,3	4.135,0	4.509,6	780,0	872,1	-10,6	9,1	11,8
Receita Previdenciária (II)	0,0	2.558,2	2.343,6	395,0	362,6	-	-8,4	-8,2
Receita Adm. Pela RFB (III=I+II)	4.625,3	6.693,2	6.853,2	1.175,0	1.234,7	44,7	2,4	5,1
Demais Receitas (IV)	66,5	80,5	68,1	11,5	12,3	21,0	-15,4	7,3
Total (III+IV)	4.691,8	6.773,7	6.921,3	1.186,4	1.247,0	44,4	2,2	5,1

Fonte: Receita Federal 1. Inflacionados pelo IPCA acumulado de 2015 * 1º Bimestre.

O crescimento foi impulsionado, principalmente, pela arrecadação dos impostos não compartilhados com o Estado e os municípios, os quais registraram crescimento real de 20,9% (variação real de R\$ 118,9 milhões), enquanto os

impostos compartilhados registraram redução real de 12,7% (variação real de R\$ -26,8 milhões) no primeiro bimestre de 2015. Dentre os impostos não compartilhados, destacam-se o crescimento da Contribuição para Financiamento da

Seguridade Social – COFINS (23,5%, R\$ +83,0 milhões) e do Programa de Integração Social – PIS (17,9%, +R\$ 17,7 milhões). Dentre os impostos com arrecadação compartilhada³, apresentaram variação negativa: o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, com redução de R\$ 2,8 milhões (-12,0%) e o Imposto sobre a Renda – IR

com decréscimo de R\$ 24,3 milhões (-13,0%). Outro aspecto importante é que, embora a arrecadação de impostos tenha crescido a uma taxa real de 11,8% no primeiro bimestre de 2015, o total da Arrecadação cresceu apenas 5,1%, o que se deveu à redução de 8,2% (R\$ 32,4 milhões) da Receita Previdenciária.

Receitas Estaduais

Receita Total do Estado do Maranhão segue em queda, restringida pela redução das Receitas Transferidas, apesar do bom desempenho da arrecadação própria

No primeiro bimestre de 2015, a Receita Total do Estado do Maranhão atingiu a cifra de R\$ 2,53 bilhões, contra um total de R\$ 2,77 bilhões do mesmo período em 2014 (corrigido pela inflação), o que representou uma redução real de 8,7% (R\$ -242,0 milhões) no período analisado.

Essa redução é explicada, principalmente, pelo recuo real de 13,7% (R\$ -232,5 milhões) das Receitas Transferidas. Por outro lado, destaca-se a elevação real de 8,0% das Receitas Próprias. (Tabela 17).

Tabela 17. Evolução das Receitas do Estado do Maranhão de 2012 a 2015* (Valores Constantes em R\$ Milhão)

Ano	2012	2013	2014	2014*	2015*	Crescimento (%)			Variação absoluta	
						2013/ 2012	2014/ 2013	2014*/ 2015*	2014/ 2013	2014*/ 2015*
Receita Total	13.111,5	14.993,5	14.276,2	2.773,6	2.531,6	14,4	-4,8	-8,7	-717,3	-242,0
<i>Receita Corrente</i>	12.869,7	12.927,0	13.334,6	2.685,6	2.531,6	0,4	3,2	-5,7	407,6	-154,0
<i>Receita de Capital</i>	241,8	2.066,5	941,6	88,0	0,0	754,5	-54,4	-100,0	-1.124,9	-88,0
Receitas Próprias¹	5.656,3	5.853,8	6.032,8	984,5	1.063,1	3,5	3,1	8,0	179,0	78,5
<i>Receita Tributária</i>	5.225,6	5.613,0	5.772,5	960,7	1.057,2	7,4	2,8	10,0	159,4	96,5
<i>ICMS</i>	4.411,6	4.738,9	4.799,1	820,1	844,3	7,4	1,3	3,0	60,2	24,2
<i>Outras Rec. Tributárias</i>	813,9	874,1	973,4	140,6	212,9	7,4	11,4	51,4	99,3	72,3
<i>Outras Receitas Correntes</i>	191,5	142,2	139,7	23,8	5,8	-25,7	-1,8	-75,5	-2,5	-18,0
Receitas Transferidas	7.292,2	7.096,7	7.312,9	1.701,1	1.468,6	-2,7	3,0	-13,7	216,3	-232,5
<i>Transferência Corrente</i>	7.213,3	7.073,2	7.301,7	1.701,1	1.468,6	-1,9	3,2	-13,7	228,6	-232,5
<i>Transferência de Capital</i>	78,9	23,5	11,2	0,0	0,0	-70,2	-52,3	-	-12,3	0,0
Nível de Dependência (%)²	55,6	47,3	51,2	61,3	58,0	-	-	-	-	-
Rec. Tributária/Rec. Total (%)	39,9	37,4	40,4	34,6	41,8	-	-	-	-	-
ICMS/Receitas Tributárias (%)	84,4	84,4	83,1	85,4	79,9	-	-	-	-	-

Fonte: SEPLAN/MA * Valores reais inflacionado pelo INPC acumulado até fevereiro de 2015. 1. Receita Própria: Rec. Corrente menos Transferência Corrente; 2. Nível de dependência Fiscal: Rec. Transferidas em relação às Rec. Total.

As receitas correntes sofreram redução real de R\$ 314,9 milhões (-11,0%) devido, principalmente, à fraca performance das Transferências Correntes. A rubrica receitas de capital foi impactada, no primeiro bimestre do ano, em grande medida devido às reavaliação em curso da operação de empréstimo oriunda do BNDES.

A redução das Receitas Transferidas é con-

sequência da retração da atividade econômica do país, que reduz a arrecadação e impacta diretamente as Transferências do Governo Federal para os Estados e Municípios. Para o ano de 2015, a previsão é de contração do PIB brasileiro e, conseqüentemente, de continuidade na redução das transferências da União para as esferas subnacionais. Esse cenário é preocupante sobretudo

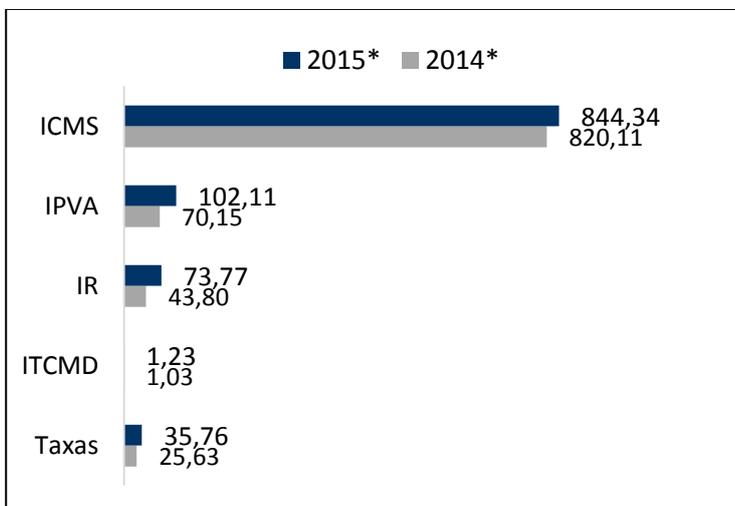
para o Maranhão, tendo em vista que o grau de dependência fiscal do Estado (Receitas Transferidas sobre Receita Total) é de, aproximadamente, 58%.

No que se refere às Receitas Próprias, o crescimento de 10,0% (R\$ +96,5 milhões) das receitas tributárias, causado pela melhoria da eficiência na gestão dos principais tributos estaduais, foi o principal responsável pelo bom desempenho dessa rubrica. Na contramão da arre-

cação das receitas Tributárias, as Outras Receitas Correntes registraram recuo real de 75,5% (R\$ -18,0 milhões).

Nas Receitas Tributárias, o maior peso na arrecadação do Estado advém do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS (79,9% das Receitas Próprias), seguido do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA (9,7%) e do Imposto sobre a Renda (7,0%).

Gráfico 20. Composição das Receitas Tributárias - Valores Constantes* - 2014 e 2015



Fonte: SEPLAN/MA *Valores reais inflacionados pela INPC acumulado até fev/2015

No primeiro bimestre, o ICMS e o IPVA registraram crescimento real de 3,0% (R\$ +24,2 milhões) e de 45,6% (R\$ +32,0 milhões), respectivamente. Destaca-se, também, o crescimento de 68,4% (R\$ +30 milhões) do Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer natureza e de 39,5% (R\$ +10,1 milhões) da arrecadação de Taxas.

Pode-se relacionar a elevação na eficiência arrecadadora do Estado à implementação de um conjunto de medidas tributárias de fiscalização e controle, adotadas pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/MA, nesses dois primeiros meses de 2015. Dentre as medidas, destacam-se: a concessão de descontos e anistia de multas às empresas inadimplentes; cobrança e notificação de devedores, com o encaminhamento de contribuintes inadimplentes para o banco restritivo do Serasa; cobrança do imposto sobre a transmissão causa mortis e doação bens ou direitos – ITCD; e a concessão de desconto maior no pagamento antecipado do

Mesmo com bom desempenho na arrecadação, não foi possível conter a redução da Receita Total no período analisado, tendo em vista que as Receitas Tributárias têm um menor peso na composição das Receitas do Maranhão (40% em média), quando comparadas com as Receitas Transferidas (60,0% em média).

IPVA. Essas medidas de antecipação de receita e combate à sonegação de impostos, entretanto, tiveram maior impacto na arrecadação dos dois primeiros meses do ano, a partir de março, a previsão é de acomodação do crescimento.

Em se tratando do ICMS, estimativas divulgadas pela Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão revelam que a sonegação ultrapassa o montante de R\$ 1,5 bilhão, quando considerados os últimos 20 anos (média anual de R\$ 75 milhões, sem considerar a inflação); no caso do ITCD, a estimativa é que, aproximadamente, R\$ 500 milhões em dinheiro e bens foram doados sem o recolhimento do imposto.

Para o ano de 2015, o o Secretário da Fazenda prevê um crescimento real de R\$ 300,00 milhões na arrecadação tributária. Em um contexto de baixo crescimento da economia local, ao qual se soma a previsão de redução das Receitas Transferidas, o maior desafio do Estado para alcançar a meta estabelecida é compatibilizar a melhoria da eficiência arrecadadora e o combate à sonegação com a racionalização e a ampliação do número de empresas atingid 38 o novo programa estadual de incentivos fiscais (Mais Empresa).

Tendo em vista a similaridade do quadro fiscal maranhense com os demais Estados do Nordeste, os Governadores da Região constituíram um Fórum de interesse regional, com encontros periódicos, com o intuito de fortalecer o pleito aos financiamentos internos e externos. A finalidade dessa Comissão é também de assegurar a continuidade dos investimento federais nos Estados, sobretudo, o Progama “Minha Casa, Minha Vida” - MCMV e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Despesas Estaduais

Gastos com Serviço da Dívida pressionarão as Despesas do Governo em 2015

No primeiro bimestre de 2015, o Total das Despesas do Governo do Maranhão atingiu a cifra de R\$ 1,47 bilhão, o que representou um decréscimo real de 24,4% (R\$ -476,0 milhões) em relação ao mesmo período de 2014, quando foi registrado um total de R\$ 1,95 bilhão (**Tabela 18**). Essa redução das Despesas já era esperada e está de acordo com a política de contingenciamento do gastos do Governo, que previu uma redução line-

ar de 30% do custeio, tendo em vista o quadro fiscal herdado pelo Governo anterior: recursos em caixa de apenas R\$ 24 milhões e compromissos vincendos de R\$ 1,1 bilhão (incluindo a primeira parcela referente à amortização do empréstimo junto ao ao Bank of America N. A. Merrill Lynch - Bof AML, no valor de R\$ 110 milhões, com pagamento no mês de janeiro de 2015).

Tabela 18. Estado do Maranhão – Evolução das Despesas por Grupos de Natureza (Valores Constantes em R\$ Milhão, Composição e Crescimento em %) – 2010 a 2015*

Grupos de Natureza de Despesas	2012	2013	2014	2014*	2015*	2014/ 2013	2015/ 2014*	2014- 2013	2015- 2014*
Despesa Total	12.124,4	14.693,0	13.731,6	1.949,6	1.473,6	-6,5	-24,4	-961,5	-476,0
Despesa Corrente	10.493,3	10.964,6	11.395,4	1.570,5	1.352,5	3,9	-13,9	430,9	-218,0
Pessoal + Encargos Sociais	5.163,7	5.382,2	5.715,2	635,8	663,3	6,2	4,3	333,0	27,6
Juros e Encargos	856,7	532,9	278,6	69,5	96,8	-47,7	39,2	-254,2	27,3
Outras Despesas Correntes	4.471,0	5.049,5	5.401,7	865,2	592,4	7,0	-31,5	352,1	-272,8
Transferências aos Municípios	1.344,9	1.408,8	1.442,9	244,4	245,9	2,4	0,6	34,1	1,5
Transferencia a municipios - fundo a fundo	199,9	155,5	256,7	5,6	1,1	65,1	-81,2	101,2	-4,5
Transferências a Inst. Privadas e Estatais	198,7	159,7	179,1	18,3	12,0	12,1	-34,6	19,4	-6,3
Aplicações Diretas	2.686,0	3.287,4	3.469,9	591,8	333,2	5,6	-43,7	182,5	-258,6
Aplic.dir. decorrente de operações entre órgão	40,4	36,7	50,1	5,1	0,3	-	-	13,4	-4,8
<i>Serviço Terceiro Pessoa Jurídica</i>	40,4	36,7	45,7	5,1	0,3	24,5	-94,7	9,0	-4,8
Despesas de Capital	1.631,1	3.728,5	2.336,1	379,1	121,1	-37,3	-68,1	-1.392,3	-258,0
Investimentos	1.050,9	1.547,3	2.067,8	342,0	19,9	33,6	-94,2	520,5	-322,1
Aplicações Diretas	675,2	1.202,4	1.706,4	342,0	19,9	41,9	-94,2	503,9	-322,2
<i>Serviços de consultoria</i>	1,1	13,0	34,6	26,1	0,4	165,6	-98,6	21,6	-25,8
<i>Obras e instalações</i>	464,9	885,5	1.348,0	249,9	12,1	52,2	-95,2	462,5	-237,8
<i>Equipamentos e material permanente</i>	174,1	257,7	239,5	65,2	6,9	-7,1	-89,4	-18,2	-58,3
Amortizações	578,8	2.140,7	268,3	37,1	101,2	-87,5	172,7	-1.872,4	64,1
Juros e Encargos Da Dív + Amortizações¹	1.435,5	2.673,6	546,9	106,6	198,0	-79,5	85,7	-2.126,7	91,4

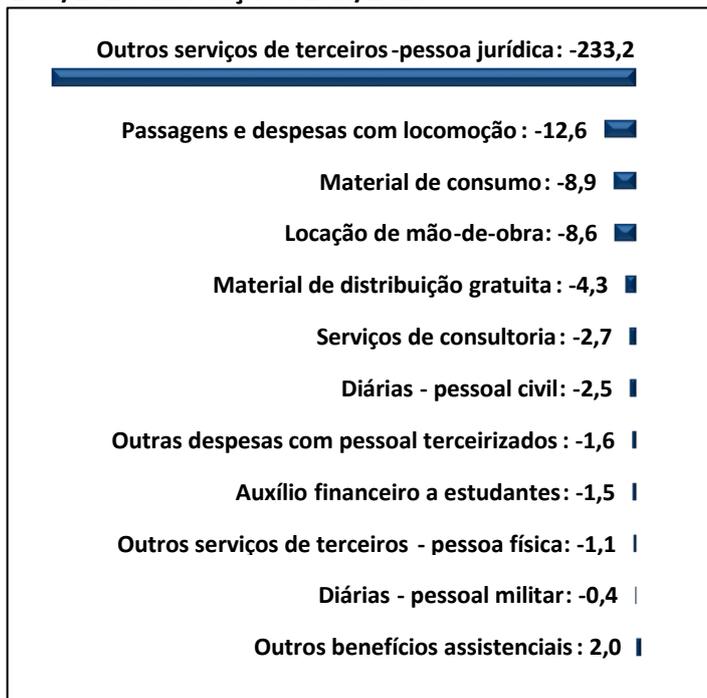
Fonte: Seplan/MA * Valores reais inflac. pelo INPC acumulado até fev de 2015.. 1. Juros e Encargos da Dívida + Amortizações.

A redução das despesas se deu tanto nas Despesas Correntes como nas Despesas de Capital. Nas Despesas Correntes, a redução real foi de R\$ 218,0 milhões (-13,9%), concentradas, principalmente, no grupo Outras Despesas Correntes, na modalidade Aplicações Diretas, mais especificamente, na rubrica *Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica*⁴ cuja redução foi da ordem de R\$ 233,2 milhões (-54,5%). Ainda com referência às Despesas Correntes, cumpre registrar a elevação dos gastos da rubrica Pessoal e Encargos sociais

em R\$ 27,6 milhões (+4,3%), como resultado de contratações nas áreas de educação e segurança, além da concessão de reajustes para uma parte do funcionalismo público estadual. Nos próximos meses de 2015, os gastos nesta rubrica deverão servir como ferramenta anticíclica para atenuar os impactos da expressiva redução da atividade econômica sobre o emprego no Estado.

Todas as rubricas de gastos contidas na modalidade Aplicações Diretas sofreram redução, com exceção da rubrica Outros benefícios assistenciais, que registrou elevação de 2,0%. As rubricas que sofreram redução são de custeio tanto com pessoal, a exemplo das Passagens e despesas com locomoção (-12,6%), Material de consumo (-8,9%), Diárias - pessoal civil (-2,5%), Diárias - pessoal militar (-0,4%), quanto de contratos, como Locação de mão-de-obra (-8,6%), Serviços de consultoria (-2,7%), Outras despesas com pessoal terceirizados (-1,6%), Outros serviços de terceiros - pessoa física (-1,1%). Essas reduções representam o esforço do Governo em enxugar os gastos com custeio.

Gráfico 21. Variação real das rubricas contidas nas Aplicações Diretas, das Despesas Correntes, em R\$ milhões – 1ºbi/2015 em relação a 1ºbi/2014



Fonte: Seplan/MA

Nas Despesas de Capital, a redução real registrada foi da ordem de R\$ 258,0 milhões (-68,1%). Desse montante, R\$ 322,1 milhões foram nos Investimentos, na modalidade de aplicação Aplicações Diretas, mais especificamente, na rubrica *Obras e Instalações*⁵ cuja redução foi da ordem de R\$ 237,8 milhões. Destaca-se, também, as rubricas *Equipamentos e material permanente* e *Serviços de consultoria*, contidas na modalida-

des Aplicações Diretas, que reduziram seus gastos em R\$ 58,3 milhões (-89,4%) e R\$ 25,8 milhões (-98,6%), respectivamente.

Na contramão da redução das despesas, está a elevação de R\$ 91,4 milhões com os Gastos com o Serviço da Dívida (R\$ 27,3 milhões com Juros e Encargos e R\$ 64,1 milhões com amortizações). Os Gastos com o Serviço da Dívida voltaram a crescer, após um ano de significativa redu-

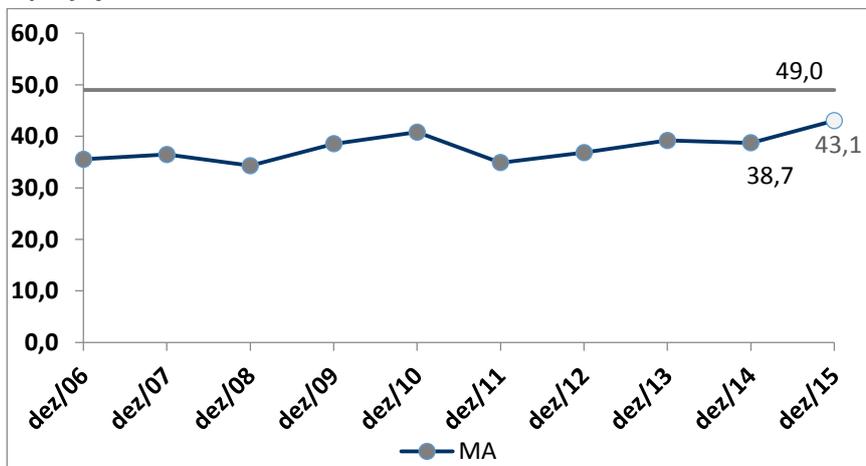
ção, devido ao início do pagamento do principal do empréstimo contraído junto ao Bof AML, para o pagamento dos resíduos das dívidas do Estado com a União, referentes às leis 8.727/93 e 9.496/97.

A partir do corrente ano, a tendência é de crescimento contínuo dos Gastos com o Serviço da Dívida, devido tanto ao início do pagamento das parcelas semestrais referentes ao principal da dívida como à valorização do dólar frente ao real (o indexador da dívida é a moeda americana). Na data da contratação do empréstimo, julho de 2013, a taxa de câmbio utilizada na conversão de dólares americanos para reais foi de R\$/US\$ 2,212405, calculada com base na ponderação da cotação da moeda americana quando da transferência do montante para o Estado. Mas, desde o início de 2015, o dólar vem registrando tendência

altista e, desde março, está em torno de R\$/US\$ 3,00. Com a cotação próxima de R\$/US\$ 3,00, as vantagens decorrentes da operação de crédito se encerraram em dezembro de 2014 e, a partir de 2015, o incremento semestral nos gastos com a dívida será, em média, de R\$ 4,4 milhões (incremento em relação ao valor que era pago antes da renegociação dos resíduos).

No que se refere ao quadro fiscal do Estado, referente à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Relatório de Gestão Fiscal de 2014 mostrou que o Maranhão encerrou o ano com suas contas dentro dos limites estabelecidos LRF: a relação Despesa Total com Pessoal - DTP em relação Receita Corrente Líquida - RCL ficou em 38,7% em 2014 e o percentual da Dívida Consolidada Líquida - DCL em relação à RCL em 46,6%, sendo os limites máximos 49% e 200%, respectivamente.

Gráfico 22. Relação Despesa Total com Pessoal e Receita Corrente Líquida - Maranhão e limite estabelecido pela LRF – Dez/06 a Dez/14 e projeção Dez/15

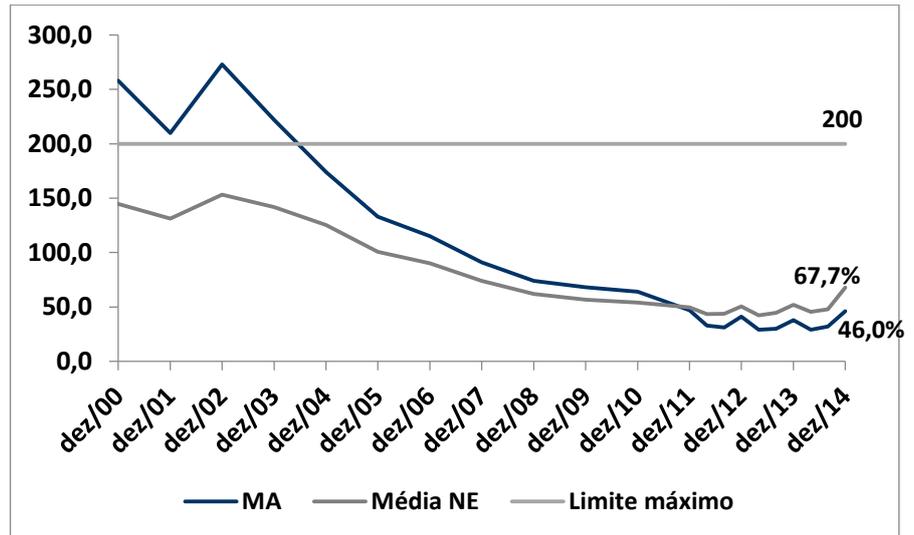


Fonte: STN

As medidas anunciadas de contratações temporárias de pessoal e de reajustes salariais, principalmente, nas áreas de Educação e de Segurança Pública, terão impacto estimado em R\$ 441,1 milhões (de acordo com informações do Governo) nos gastos com pessoal no ano de 2015. Esse aumento elevará a relação DTP/RCL de 38,7% para 43,1%, aproximando-se do limite de alerta com Gasto com Pessoal, estabelecido pela LRF.

Gráfico 23. Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida - Maranhão, média do Nordeste e Limite estabelecido pela LRF (em %) – dez/00 a dez/14

No que se refere ao endividamento, dentre os 7 Estados do Nordeste que apresentaram o Balanço de suas contas ao Tesouro no ano de 2014, o Maranhão é o 2º Estado com menor relação DCL/RCL. Enquanto a média do Nordeste está em 67,7%, o Maranhão apresenta um percentual de 46,0%.



Fonte: STN

Um dos grandes desafios que está posto para o Governo do Maranhão para o ano de 2015, nesse contexto de redução das Receitas Transferidas e de elevação dos Gastos com o Serviço da Dívida, é a criação de condições para ampliar seus Investimentos. O Governo está tomando as medidas assertivas como a elevação eficiência tributária, com concomitante redução de gastos com custeio. Por outro lado, as contratações e os ganhos salariais anunciados somados ao custo do Plano de Ações Mais IDH deverão gerar uma pressão nos gastos no corrente ano.

O Maranhão dispõe de uma margem consi-

derável para a ampliação de empréstimos com vistas ao investimento. No entanto, estar enquadrado nos limites legais, embora condição necessária, não é suficiente, havendo ainda que se considerar variáveis como disponibilidade de crédito e capacidade de pagamento. Além disso, para ampliar os Investimentos, de modo a maximizar o alcance das medidas já anunciadas, faz-se necessário o fortalecimento da estrutura de planejamento e gestão, de modo a ampliar as condições de captar e gerir financiamentos federais e internacionais.

Notas:

1. O termo "líquido" refere-se ao saldo de emprego formal que é o resultado do total das contratações menos o total das demissões, em um determinado período.
2. Swap: instrumento financeiro que possibilita a troca de fluxo caixa entre duas partes envolvidas em uma operação
3. Os tributos Federais, cuja arrecadação é compartilhada com o Estado e com os municípios, são os Impostos sobre Produtos Industrializados – IPI (48% da receita do IPI é repartida para o Estado e seus municípios e mais 10% para o conjunto dos estados exportadores), o Imposto sobre a Renda – IR (48%), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – CIDE combustíveis (29%) e o Imposto Territorial Rural – ITR (50%).
4. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; pedágio; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; despesas miúdas de pronto pagamento; vale-transporte; vale-refeição; auxílio creche (exclusive a indenização a servidor); software; habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres.
5. Obras e Instalações: Despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.